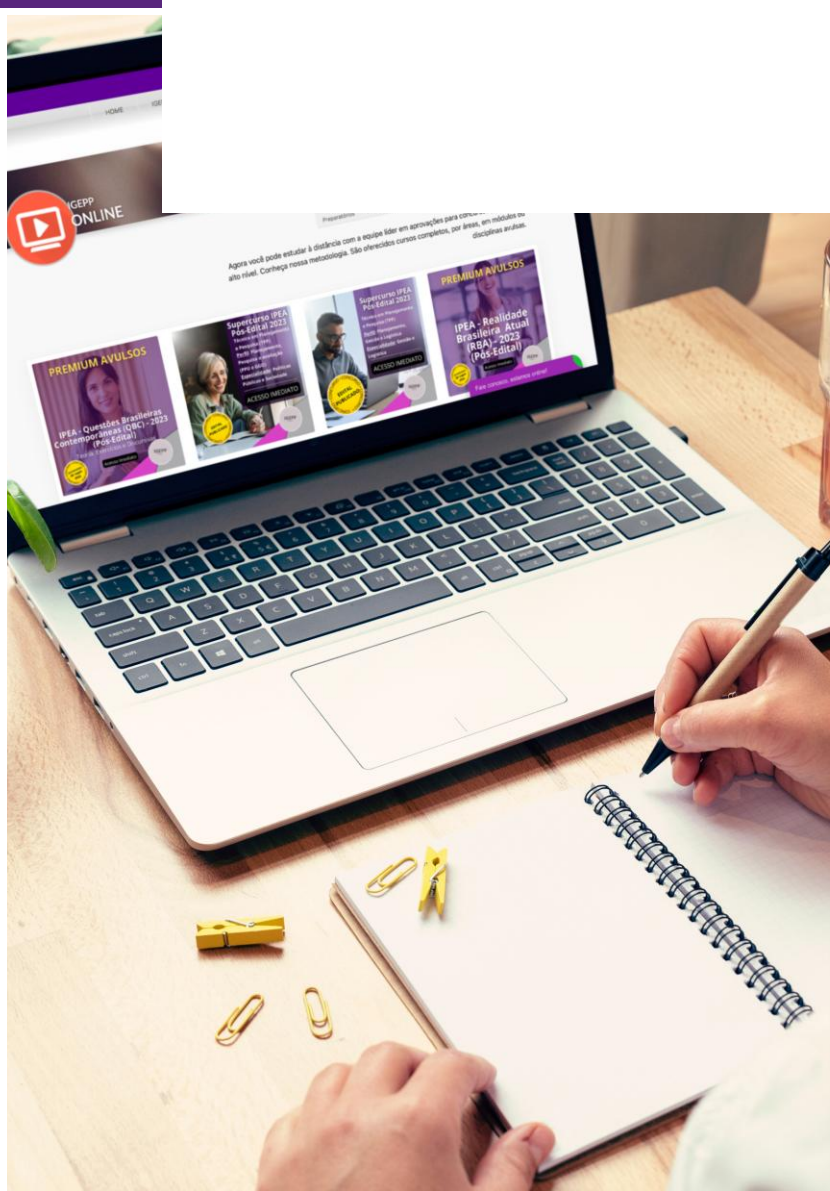


WWW.IGEPP.COM.BR



#01	O CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	- 3 -
#02	O QUE É “POLÍTICA PÚBLICA”?	- 6 -
#03	POLÍTICA X POLÍTICA PÚBLICA.....	- 10 -
#04	O DEBATE CONCEITUAL SOBRE POLÍTICA PÚBLICA.....	- 13 -
#05	O QUE FAZ COM QUE UMA POLÍTICA (POLICY) SEJA “PÚBLICA”?	- 19 -
#06	QUESTÕES COMENTADAS	- 28 -
#07	LISTA DE QUESTÕES.....	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
#08	GABARITO	<i>Erro! Indicador não definido.</i>

1. O CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



O CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Em magistral texto introdutório ao “Dicionário de Políticas Públicas”, Geraldo DI GIOVANNI e Marco Aurélio NOGUEIRA (2013) discutem a conceituação de políticas públicas e apontam as causas da grande disseminação dessa expressão nos anos recentes. Os autores mostram como a compreensão, amplamente generalizada, das políticas públicas como “intervenções planejadas do poder público com a finalidade de resolver situações sociais problemáticas” (p. 26) torna-se insuficiente diante das complexas dinâmicas que, a partir da segunda metade do século XX, impuseram mudanças nos três termos-chave desse conceito: intervenções planejadas, poder público e situações sociais problemáticas.

Diante dessas transformações da vida econômica, política e social, as políticas públicas passam a ser tratadas como “uma forma de exercício do poder em sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre Estado e sociedade” (Idem, p. 27). E que, segundo os autores, coexistem com outras configurações das relações de poder,

historicamente situadas, como, por exemplo, o corporativismo, o clientelismo, o populismo e, mais recentemente, a responsabilidade social e o voluntariado.

Os autores esclarecem que as políticas públicas acabaram se tornando cada vez mais presentes na vida das sociedades democráticas em decorrência de um conjunto de **fatores históricos**, entre os quais **três (o fator macroeconômico, o político e o sociocultural)** assumiram maior relevância no processo de transformação das sociedades capitalistas no pós-Guerra, quando cresceu o volume e a importância estratégica das intervenções do Estado na vida econômica e social.

O primeiro desses fatores, de natureza macroeconômica, pode ser descrito como os imperativos de ação do Estado diante das grandes crises políticas e econômicas que marcaram a primeira metade do século XX. Esses fenômenos fizeram com que os Estados capitalistas, até então regidos por preceitos do liberalismo econômico, passassem a ampliar sua intervenção tanto na regulamentação e na produção de bens e serviços na economia quanto nos aspectos sociais da vida coletiva. Tudo isso levou a uma ênfase no planejamento estatal que vigorou até o final da década de 1970. A partir do final da década de 1980, com o fim da polarização político-ideológica entre o capitalismo e o socialismo e com o agravamento das crises fiscais dos Estados nacionais, as ideias neoliberais tornam-se hegemônicas, entre elas a de redução do papel do Estado. Com isso, como mostra SARAVIA (2006, p. 26), a ênfase no planejamento foi substituída por uma concepção mais ágil da atividade governamental, favorecendo a ideia de políticas públicas.

O segundo fator apontado por DI GIOVANNI e NOGUEIRA – **de natureza política** – foi a tensão entre o capitalismo e o socialismo, que, na segunda metade do século XX, trouxe “novos arranjos e princípios às relações entre o capital e o trabalho, com crescente presença ativa do Estado” (Ibidem, p. 30). A configuração institucional assentada sobre os princípios da economia capitalista, a consolidação das instituições democráticas e a ampliação da participação política levou a significativas mudanças do papel do Estado. Esse deixa de ser apenas a instância da representação formal de interesses e passa a atuar de maneira responsiva frente às demandas da sociedade. Como assinalam os autores, as políticas públicas se expandiram não somente porque cresceu a intervenção do Estado, mas principalmente porque cresceu e se fortaleceu a mobilização da sociedade.

Por último, como registram os autores, no mesmo período ocorreu um forte entrelaçamento de crescimento demográfico, urbanização, mudança tecnológica e comunicacional, diferenciação e ampliação das clivagens sociais e de processos culturais entre os quais **se destacam o estabelecimento do padrão de “sociedade de consumo de massas” e a chamada “revolução das expectativas”**. Essa profunda e complexa mudança sociocultural passou a exigir do Estado não apenas ação para solução de problemas, mas para **“a gestão de conflitos, cujo potencial ampliou-se exponencialmente”** (Ibidem, p. 31).

Os autores chamam a atenção para o novo contexto de atuação do Estado no capitalismo globalizado, regido pelo policentrismo, de tal modo que, nele, o poder decisório “não pertence necessariamente ao mercado, ao capital ou ao Estado mais forte, ainda que tudo isso desempenhe funções precípuas” (Ibidem, p. 33). Sem dúvida, é na dinâmica do capital que se encontra o impulso do processo de transnacionalização, que impele os Estados a se ajustar e a se recompor.

Uma vez encerrado o período de recuo do Estado diante das forças do mercado, o poder público volta à posição central, com o mesmo papel estratégico anteriormente exercido. Nesse ambiente, **as políticas públicas recuperam a sua importância e vigor em decorrência das novas modalidades de atuação, novas estruturas organizacionais e novas formas de relacionamento com a sociedade**. Ainda mais relevantes se tornam diante da explosão de demandas e reivindicações complexas, próprias da nova modernidade. O desafio de responder a essa situação exige dos gestores públicos, entre outras qualidades, uma inesgotável capacidade de inovar na formulação e na implementação das políticas públicas e uma ampla abertura à participação democrática.

2. O QUE É “POLÍTICA PÚBLICA”?



O QUE É “POLÍTICA PÚBLICA”?

No estudo de Políticas Públicas, a primeira grande questão a ser enfrentada para o entendimento do assunto é: “O que é política pública”?

Em busca da resposta, deve-se ter em mente que o conceito é impreciso, admite muitas definições e algumas polêmicas. Essas divergências resultam de discussões teóricas inconclusas, com autores importantes defendendo pontos de vista frequentemente inconciliáveis.

Uma dessas divergências, talvez a mais importante quando se trata das relações Estado-Sociedade é, justamente, qual dos dois polos – o Estado ou a Sociedade (nela incluída a esfera das trocas privadas, o mercado) – pesa mais na definição da dinâmica da vida social. Esta é uma discussão clássica na Ciência Política e nas Ciências Sociais em geral.

Correntes teóricas tão díspares como **o marxismo e o liberalismo defendem que é a sociedade que determina os rumos do Estado**, o qual seria algo como um epifenômeno. Seja

pela dialética da luta de classes no Estado capitalista, seja pelo jogo das forças do mercado, a ação do Estado seria subordinada à dinâmica da sociedade, esta sim, variável independente. Outras correntes teóricas, como **o elitismo e o corporativismo sustentam que o papel central é exercido pelos agentes do Estado, que seriam dotados de autonomia (mas não de independência) frente à sociedade.** Ao invés de estarem totalmente subordinados às forças sociais, os agentes do Estado – sejam os políticos, sejam os burocratas - seriam capazes de desenvolver ideias e interesses próprios e de dispor de recursos para competir com os atores da sociedade pelas suas preferências.

Pouco mais de quarto de século atrás, quando o Estado chamado neoliberal revelou-se incapaz de dar as respostas necessárias à crise do Estado interventor, debatia-se na Ciência Política e na Administração Pública qual seria o modelo de Estado e de administração pública a ser adotado. Diversos autores de destaque chamavam a atenção para o fato de que, na equação Estado-Mercado, haveria que se incluir a variável **sociedade**, numa nova perspectiva, de atores diversificados com novas capacidades de mobilização.

No âmbito dessa discussão, no Brasil, desenvolviam-se propostas de caracterização de novos arranjos do Estado e introduziam-se conceitos como o “público não-estatal” no debate da reforma da administração pública. Nesse contexto, KEINERT (2000) chamou a atenção para a mudança do consenso paradigmático na administração pública, a partir do que seriam diferentes entendimentos do “público” na relação Estado-Sociedade. A autora distinguiu, para isso duas matrizes de pensamento, que denominou, respectivamente, “Estadocêntrica” e “Sociocêntrica”. Para KEINERT (Idem), a matriz estadocêntrica situa o “público” no Estado, o qual traria para dentro de si os conflitos sociais e interviria na sociedade para assegurar sua integração. Ou seja: o Estado seria a dimensão central e atuaria com base na sua característica intrínseca e distintiva de monopólio do poder político. Já a matriz sociocêntrica nega a centralidade do Estado e seu monopólio de poder. Assume a pluralidade como um aspecto central, entendendo o poder como difuso e descentralizado. Nessa perspectiva, o público passaria a ser identificado mais com a sociedade do que com o Estado.

Anos mais tarde, autores situados na vertente da administração pública resgataram essa discussão para revisar o conceito de políticas públicas, denominando as diferentes

perspectivas conceituais de políticas públicas como Estatocêntrica/Estadocêntrica e Policêntrica/Multicêntrica.

O fato é que, conforme seja a afiliação teórica – e até ideológica – de cada autor no debate das relações Estado-Sociedade, define-se a sua posição quanto à conceituação das políticas públicas. Nesse texto adotou-se a posição de relatar os lados de cada polêmica e, quando couber, indicar como a literatura tem procurado relativizá-los.

Na ausência de um consenso conceitual, um recurso para entender o que vem a ser políticas públicas é pensar sobre o contexto no qual elas ocorrem: as sociedades modernas.

A principal característica das sociedades modernas é a diferenciação social. Isso significa que seus membros não apenas possuem atributos diferenciados (idade, sexo, religião, estado civil, escolaridade, renda, setor de atuação profissional, etc.), como também possuem ideias, valores, interesses e aspirações diferentes e desempenham papéis distintos no decorrer da sua existência. Isso faz com que a vida em sociedade seja complexa e compreenda diferentes **padrões de interação: cooperação, competição, conflito são os principais.**

Enquanto **a cooperação e a competição são dinâmicas interacionais agregadoras, o conflito desagrega e pode levar à ruptura dos laços de coexistência coletiva.** Isso ocorre porque embora nem todo conflito envolva violência, a violência potencial está intrinsecamente associada ao conflito. Por isso, para que a vida em sociedade permaneça viável, o conflito deve ser mantido dentro de limites administráveis: os indivíduos podem divergir, podem competir e podem até se confrontar (e, com frequência, o fazem), porém, devem obedecer a algumas regras e a alguns limites necessários ao bem-estar coletivo. Isso não acontece naturalmente. Para que suceda, há apenas dois meios: a coerção pura e simples, de um lado; e a política, de outro.

Aplicada a fim de administrar o conflito, a coerção refere-se ao conjunto de atividades de repressão e de punição das transgressões às normas, mediante a aplicação, potencial ou efetiva, da violência física.



Figura 1: Dinâmicas interacionais nas sociedades modernas

Do ponto de vista estratégico, a coerção é uma alternativa de utilização restrita, já que, quanto mais utilizada, menor a sua efetividade e mais elevado resulta o seu custo. Resta, então, a política. **A política envolve coerção em potencial, mas não se limita a ela. Ao contrário: admite vários outros mecanismos, destinados a tornar desnecessária a própria coerção.**

3. POLÍTICA X POLÍTICA PÚBLICA



POLÍTICA X POLÍTICA PÚBLICA

Cabe indagar, então, o que é política. Phillippe SCHMITTER (1979, p. 38) propõe uma definição ressaltando sua função:

“a função da política é a de resolver conflitos entre indivíduos e grupos, sem que este conflito destrua um dos partidos em conflito”.

Em palavras bastante simples, para o autor, **política é a resolução pacífica de conflitos**. Esse conceito, no entanto, é demasiado amplo, discrimina pouco. É possível delimitar um pouco mais e estabelecer que **a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos**.

Não se deve perder de vista, contudo, que “política” não é a mesma coisa que “política pública”.



Como distinguir política de política pública?



Por que é que a discussão chegou ao conceito de “política”, sem chegar ao de “política pública”?

Em parte, isso se deve ao fato de a língua portuguesa utilizar a mesma palavra para se referir a duas coisas distintas: política e política pública.

Quando recorremos à língua inglesa fica mais fácil perceber as diferenças. Segundo Klaus FREY (1999, p. 4):

A literatura sobre ‘policy analysis’ diferencia três dimensões da política. Para a ilustração dessas dimensões tem se adotado na ciência política o emprego dos conceitos em inglês de ‘polity’ para denominar as instituições políticas, ‘politics’ para os processos políticos e, por fim, ‘policy’ para os conteúdos da política.

- *a dimensão material ‘policy’ refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos (desenho, arranjo institucional, etc, aos problemas técnicos (arranjos e soluções alternativas para resolver problemas) e ao conteúdo material das decisões políticas (orçamentos, dispêndios);*
- *na dimensão processual ‘politics’ tem-se em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição de recursos diversos (disputas políticas, negociações, decisões);*
- *a dimensão institucional ‘polity’ se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo”.*

Também SOUZA (2006) busca a língua inglesa para estabelecer distinções conceituais, embora se diferencie de FREY por inserir as “instituições” numa quarta dimensão. Segundo a autora (p. 40), são quatro os elementos no estudo das políticas públicas:

a própria política pública (policy), a política (politics), a sociedade política (polity) e as instituições onde as políticas públicas são decididas, desenhadas e implementadas.

Para avançar na compreensão desses conceitos, **é útil esclarecer as diferenças entre política pública e decisão política.**

POLÍTICA PÚBLICA	DECISÃO POLÍTICA
Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão isolada, além de requerer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.	A decisão política, por sua vez, corresponde a uma escolha entre várias alternativas, segundo a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando – em maior ou menor grau – certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis num contexto de relações de poder e conflito.
Exemplos: a demarcação de terras indígenas; o Sistema Único de Saúde (SUS); o Fundeb; os programas de transferência de renda, como o BPC ou o Bolsa Família.	Exemplos: uma reforma ministerial; a oferta de apoio do Brasil ao Equador para lidar com o crime organizado; a indicação de um representante do governo brasileiro em um organismo internacional, etc.



Portanto, embora toda política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública.

4. O DEBATE CONCEITUAL DE POLÍTICA PÚBLICA



O DEBATE CONCEITUAL DE POLÍTICA PÚBLICA

PERSISTE A INDAGAÇÃO: O QUE É POLÍTICA PÚBLICA?

Evidenciando a imprecisão do conceito, Celina SOUZA (2006) comenta que a expressão “políticas públicas” pode referir-se a diferentes objetos: um campo de atividade governamental, como exemplifica a política agrícola; uma situação social desejada, como a política de igualdade de gênero; uma proposta de ação específica, como a política de ações afirmativas; uma norma quanto ao tratamento de determinado problema, como a política de fontes de energia renováveis; ou mesmo um conjunto de objetivos e programas que o governo possui em um campo de ação, como a política de combate à pobreza.

Para os que estão iniciando seus estudos na matéria, as várias definições de política pública encontradas na literatura parecem muito semelhantes. Entretanto, essa aparência é somente ilusória, pois os elementos nelas presentes e ausentes revelam ênfases e entendimentos muito diversos entre os principais autores.

Nos enunciados **(a)**, **(b)** e **(c)** a seguir, a ênfase das definições recai sobre a finalidade das políticas públicas e as decisões nelas envolvidas. Política pública seria:

a) “Um programa projetado com metas, valores e práticas” (LASSWELL & KAPLAN, 1970, P.71).

b) “Um conjunto de decisões inter-relacionadas referentes à seleção de objetivos e dos meios para atingi-los” (JENKINS, 1978, p. 15).

c) “Estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório” (SARAVIA, 2006, p. 28-29).

Dos enunciados **(d)** e **(e)** constam explicitamente dois elementos a mais: o governo e a sociedade (ou os cidadãos):

d) “A alocação imperativa de valores para toda a sociedade” (EASTON, 1953, p.129).

e) “A soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos (PETERS, 1986).

Já nos enunciados **(f)**, **(g)** e **(h)**, além da declaração do caráter público das decisões tomadas, o foco se transfere para a ideia de que a política pública apresenta a natureza de uma intervenção na realidade. Observa-se, ainda, que o enunciado (i) inclui tanto as ações como

as omissões do governo. E que o enunciado (h) define o meio usado: sanções positivas ou negativas.

f) “Fluxo de decisões públicas, orientado para manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade” (SARAVIA, 2006, p. 28).

g) “Sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos” (SARAVIA, 2006, p. 29).

h) “Uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas”. (LOWI, 1972, p.299).

i) “Tudo o que um governo decide fazer ou deixar de fazer” (DYE, 2005, p. 1).

Observando esta última definição, cabe um comentário relevante. Como foi visto anteriormente, simples decisões não são suficientes para compor políticas públicas, embora sem decisões seja impossível haver políticas públicas. Mas há definições de políticas públicas – como a de *Dye*, acima - que incluem omissões, deixar de fazer, ou seja, há decisões de recorrer à estratégia de ignorar um problema. Isso significa reconhecer a existência do problema (sem o que não existe política pública) e escolher ignorá-lo, adotando as medidas necessárias para isso.

Pode-se imaginar situações quando os governantes, sabendo da existência de um problema que afeta a sociedade, tomam a decisão de não enfrentá-lo, por quaisquer motivos: por que haveria resistências de interesses poderosos, porque avaliam que haveria baixa legitimidade para lidar com o tema diante da cultura predominante, porque têm outras prioridades, etc.

Os exemplos são inúmeros: durante muitas décadas os governos brasileiros preferiram ignorar a discriminação racial e abraçaram as teses da “democracia racial brasileira”. Do mesmo modo, durante muito tempo, nossos governos consideraram a violência doméstica um “assunto de marido e mulher”.

Para mencionar algo que persiste ainda hoje: **por que é que não se resolve a situação de violência e criminalidade generalizada nas grandes cidades brasileiras? Falta tecnologia? Falta pessoal? Faltam recursos? Porque é que continuamos com ações pontuais dispersas, convivendo com esse problema, quando sabemos que não somente os Estados Unidos e os países europeus, mas a Argentina e o Uruguai, nossos vizinhos, vivem em paz e em segurança? As Filipinas, a Colômbia e a Bolívia, que já foram dominadas pelo narcotráfico, hoje debelaram o problema, enquanto o mesmo cresce no Brasil.**

Adiante veremos o conceito de não-decisão, que diversos autores consideram uma forma de política pública. Caberia o argumento de que não há como implementar uma não-decisão? Não. Do mesmo modo como há comandos para alocar pessoal, recursos financeiros e tecnológicos para fazer algo, pode haver comandos que deslocam pessoal e recursos de certos objetivos. Ou seja: **a implementação de uma não-decisão consiste em uma série de ações negativas e/ou dispersivas, além de ações de propaganda e mobilização ideológica minimizando o problema, deslocando a atenção para outro foco ou mesmo simulando sua resolução sem que seja enfrentado de fato.**

Um exemplo encontra-se na política de energia renovável. A partir da década de 1980, o Brasil desenvolveu o Proálcool. Mais tarde, também produziu óleo de mamona para adição ao diesel – e esgotou-se aí. Ao invés de ir adiante e incentivar, por exemplo, os carros elétricos, na reforma tributária os incentivos inicialmente concedidos aos carros elétricos foram estendidos aos carros flex e a gasolina. Isso tirou a vantagem comparativa dos veículos elétricos, que contribuem para a descarbonização e adotam propulsão mais limpa.. E o que dizer da geração de energia solar para fins residenciais, por exemplo? O Marco Legal da Geração Distribuída, ou a lei 14.300/22 impôs tributos aos particulares que, com o seu capital, instalaram ou instalarão seus kits fotovoltaicos. Esses são alguns exemplos de como implementar uma não-decisão relativa ao problema da poluição causada pelos combustíveis fósseis.

Esta posição, porém, enfrenta divergências. Há autores, como L. SECCHI (2019, pag.31) que, concordam que:

A partir da concepção de política como diretriz, é bastante difícil aceitar a omissão como forma de política pública" (...) Ademais, seria impossível visualizar a implementação da política pública, bem como seria impossível distinguir entre seus impactos e o curso natural das coisas, a casualidade.

Por fim, vale discutir o que é política pública a partir do seu alcance. O primeiro aspecto a ser considerado é o de que **toda política pública tem como objeto bens públicos e não bens privados**. Um bem público se define como aquele ao qual o conjunto do público tem direito de acesso, não podendo legitimamente se excluído do seu desfrute.

Um condomínio pode criar uma pequena orquestra ou implantar um teatro para o desenvolvimento dos talentos cênicos das famílias e amigos dos condôminos e isto não será uma política pública de promoção artística. Uma empresa pode contratar professores e oferecer em suas instalações cursos diversos para seus empregados e seus familiares e isso não será uma política pública de desenvolvimento profissional. Não importa que estejam – o condomínio e a empresa – atendendo a interesses coletivos. Seriam louváveis iniciativas privadas, porém não têm o alcance de política pública porque são bens privados, sofrem restrições de acesso do público mais amplo.

As políticas públicas tratam de bens públicos.

Considera-se que mesmo as políticas regulatórias são bens públicos pois as normas legais estabelecem segurança jurídica de alcance geral, orientam as ações dos cidadãos e protegem seus direitos em situações específicas.

As políticas públicas podem ser decididas e implementadas em quaisquer esferas governamentais, segundo suas competências legais: governos federal, estadual, municipal, consórcios intermunicipais, entidades inter-regionais, etc.

Podem ser “estruturantes”, assumindo o escopo de planos amplos ou de sistemas – como o SUS, que é a nossa política de saúde; o SUAS, que é a nossa política de assistência social; etc. Podem se desdobrar em programas – Programa Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Programa Nacional do Álcool, Programa Universidade para Todos, Programa Escola em Tempo Integral, Programa Nacional de Imunização, Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, etc. E podem ser até mesmo ser projetos locais, de natureza operacional, desde que tenham suporte institucional, expressem intencionalidade e se destinem a oferecer resposta a problemas políticos.

5. O QUE FAZ COM QUE UMA POLÍTICA (*POLICY*) SEJA “PÚBLICA”?



O QUE FAZ COM QUE UMA POLÍTICA (*POLICY*) SEJA “PÚBLICA”?

A essa altura, faz-se necessário perguntar por que é que nos referimos às políticas qualificando-as como “públicas”. Ou seja:



O que é que torna uma política, política pública (*policy*)?

Esse é um ponto polêmico nesse campo de estudo, no qual se contrapõem a abordagem “Estatocêntrica” e a “Policêntrica”, também chamada “Multicêntrica”.

A abordagem Estatocêntrica assume que o foco dinâmico das políticas públicas é o Estado. Nesta concepção, a dimensão “pública” de uma política (*policy*) é dada pelo fato de ela consistir em decisões e ações revestidas do poder extroverso e da autoridade soberana do Estado. A dimensão “pública” de uma política advém não do tamanho do agregado social (grandes ou pequenos grupos) sobre o qual ela incide, nem do tipo de problema ao qual pretende oferecer resposta, mas sim do seu caráter jurídico “imperativo”. Não se trata da personalidade jurídica do ator de quem ela emana. Trata-se do fato de que tal política possui conteúdo legal, ampara-se em normas e regulamentos que expressam o “império da lei” e não a vontade deste ou daquele ator.

CARACTERÍSTICAS CENTRAIS QUE FAZEM UMA POLÍTICA RECEBER O QUALIFICATIVO DE “PÚBLICA”

O fato de que toda política pública se origina do reconhecimento, pelo sistema político, de que há na sociedade, situações que requerem ação baseada na autoridade. Não importa que essa ação seja de natureza alocativa ou regulatória, mas sim que se situe dentro da órbita da atuação da autoridade pública. A situação - ou situações - originária se apresenta como um problema político, no sentido de que existem ônus variados em deixar de lidar com a mesma. A situação originária tanto pode ser uma situação de crise como de oportunidade. E pode ensejar “respostas” diversas, dependendo dos custos envolvidos, inclusive narrativas destinadas a negar ou realçar suas causas, seus efeitos, sua dinâmica.

O fato de que as decisões e ações que a compõem são amparadas na lei, logo, fundamentadas na autoridade do Poder Público. Isso ocorre porque a política pública, em última instância, depende de uma estrutura legal de procedimentos e de processos institucionais governamentais. Esse aspecto não é próprio das entidades privadas, mesmo havendo a possibilidade de elas, por vezes, agirem visando o benefício social ou agregarem a participação de amplas coletividades. Atores sociais diversos podem estar envolvidos, em maior ou menor grau, nas diversas fases e atividades da política pública, mas até mesmo o envolvimento destes, para ser legítimo, depende de decisões legais, ou seja, de normas emanadas do poder imperativo do Estado.

De certa forma, tal caráter imperativo se evidencia muito claramente nos próprios instrumentos de políticas públicas: legislação, recursos financeiros e humanos, serviços, linhas de crédito, tributos, subsídios, incentivos diversos – todos eles alocados mediante processos e procedimentos amparados em normas legais. E, por último, mas não menos importante, as políticas públicas incluem um componente de coerção. Esta encontra-se implícita em todas as atividades de qualquer política pública que esteja sujeita a algum tipo de fiscalização ou de controle. Por exemplo: na política de saúde – que é uma política distributiva - existem controles diversos sobre procedimentos médicos, acreditação de prestadores de serviços, vigilância sanitária, etc. além das auditorias próprias dos órgãos de controle interno e externo. No Programa Bolsa Família não somente existem as instâncias de controle social, mas existe a fiscalização do cumprimento das condicionalidades. E também existem as auditorias da CGU e do TCU. O componente coerção é evidente em todas as políticas regulatórias. Qualquer um que experimente violar regras de trânsito rapidamente verá como a coerção se fará sentir na sua vida. O mesmo ocorre com a sonegação de impostos.

OS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

- **Legislação:** instrumento que cria obrigações e molda ações e comportamentos.
- **Fornecimento de Produtos e Serviços:** provisão direta ou indireta de produtos (estradas, delegacias, postos de saúde, praças de esporte etc.) ou serviços (controle de tráfego aéreo, policiamento, fiscalização etc.).
- **Recursos financeiros:** transferências de dinheiro a entidades, instituições ou mesmo pessoas (Bolsa Família, benefícios de prestação continuada, convênios para qualificação profissional etc.).

- **Impostos e Taxas:** incentivam ou restringem a atividade econômica como, por exemplo, a elevação ou dedução de impostos sobre bebidas, cigarros, importações, etc.
- **Outros:** subsídios para manutenção de atividades de interesse coletivo, concessão de crédito educativo”. (PINHO, 2011)

As políticas públicas seriam a mesma coisa que atividades coletivas? Não. Elas não se confundem com atividades coletivas. Existem várias coletividades de natureza privada, como condomínios, clubes, times, sindicatos, associações civis, etc. que oferecem benefícios por decisão própria, com exclusividade para seus associados, ou não, estendendo-os a terceiros a seu critério. **Coletivo não é o mesmo que público. E coletivo não é o contrário de privado, mas de individual, de singular.**

A abordagem Policêntrica ou Multicêntrica percebe a política pública como não condicionada, nem subordinada ao poder do Estado. Em vez de focalizar o protagonismo do Estado na produção das políticas públicas, ela enfatiza a capacidade de atuação pluralista dos atores sociais: como *policy networks* (redes de políticas públicas, que serão estudadas adiante), organizações não-governamentais (ONGs) e organismos internacionais, etc. Esses seriam protagonistas das políticas públicas tanto quanto os atores estatais.

De acordo com Francisco HEIDEMANN e José Francisco SALM (2009, p. 31):

A perspectiva de política pública vai além da perspectiva de políticas governamentais, na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política, isto é, a promover 'políticas públicas'.

Para Leonardo SECCHI (2010, p. 4), a essência conceitual das políticas públicas é o problema público. Para esse autor, o que determina se uma política é pública, ou não, é a sua intenção de responder a um problema “público” (não um problema político), independentemente de o tomador de decisão ter personalidade jurídica estatal ou não estatal. Portanto, para SECCHI, o que define uma política pública é a intencionalidade e a sua relação com um problema público.

Nota-se, assim, que **na abordagem Multicêntrica o conceito de políticas públicas passa a ter como foco o “problema público”, em lugar do ator responsável por elas.**

E o que seria um problema “público”? Segundo SECCHI (2010), um problema expressa a diferença entre a situação atual (um status quo ‘inadequado’) e uma situação ideal possível.

Um problema público seria “a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível para a realidade pública” (Idem, p. 7). Soma-se que “para um problema ser considerado ‘público’ este deve ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas” (Ibidem, p. 7). Consoante o autor (Ibidem, p. 3), “a interpretação do que seja um problema público (...) aflora nos atores envolvidos com o tema (...)”.

Já a abordagem Estatocêntrica refere-se a problema “político”, definindo-o como uma situação frente à qual os as autoridades se veem constrangidas a dar algum tipo de resposta, vale dizer: a indicar à sociedade o que pretendem fazer a respeito. Isso ocorre porque o custo político de se omitir frente ao problema pode ser demasiado elevado: perda de legitimidade, fragilização frente às forças de oposição, etc.. A política pública em resposta ao problema político não necessariamente tem que ser eficaz ou efetiva. Dependendo do tipo de problema e do contexto político, basta uma resposta simbólica, uma demonstração de que “algo irá ser feito”.

A despeito do reconhecimento do papel crucial dos atores não estatais nas políticas públicas, é possível sustentar que predomina, na Ciência Política, a compreensão de que **o fator decisivo para uma política ser “pública” está em seu respaldo pela autoridade do Estado** – não a personalidade jurídica dos que nela atuam, tampouco a natureza do problema em que se circunscreve. Essa é a posição assumida por Enrique SARAVIA (2006, p. 31) quando nomeia os componentes comuns das políticas públicas, colocando a autoridade pública em primeiro lugar:

- a) *“Institucional: a política é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante;*
- b) *Decisório: a política é um conjunto de decisões, relativo à escolha de fins e/ou meios, de longo ou curto alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades;*
- c) *Comportamental: implica ação ou inação, fazer ou não fazer nada; mas uma política é, acima de tudo, um curso de ação e não apenas uma decisão singular;*
- d) *Causal: são os produtos de ações que têm efeitos no sistema político e social”.*

Compartilham a ênfase no papel crucial da autoridade do Estado para a definição do caráter público de uma *policy*, entre outros:

- David EASTON (1970), ao definir política pública como “a alocação **imperativa** de valores”;
- Guillermo O’DONNELL (1989), ao propor que a política pública permite observar “o Estado em ação”;
- e Celina SOUZA (2006, p. 36), ao sustentar que a política pública “permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz”.

Seja qual for a abordagem adotada, é preciso ter em mente as características do que se entende como *policy*, ou seja, política pública. Para Celina SOUZA (2006, p. 36), toda política pública apresenta as seguintes características:

- *“É ação intencional, com objetivos a serem alcançados.*
- *Permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.*
- *Envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.*
- *Envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos.*
- *Não se restringe aos participantes formais, já que os informais são também importantes.*
- *É abrangente e não se limita a leis e regras (envolve procedimentos, recursos, etc.).*
- *Ocorre no longo prazo, embora possa ter impactos no curto prazo”.*

Renato D'AGNINO (2009, p. 134) propõe o seguinte decálogo para entender o que é *policy* ou política pública:

- I. Existe distinção entre política pública e decisão política: a política é gerada por uma série de interações entre decisões de diversos atores políticos visíveis e invisíveis (e não somente dos tomadores de decisão);
- II. Existe distinção entre política pública e administração;
- III. A política envolve tanto intenções quanto ações;
- IV. Abrange tanto ação como não-ação, podendo assumir, inclusive, o caráter de política simbólica; isto é, que uma política cujo objetivo prioritário é gerar um retorno político favorável para quem a anuncia e, não necessariamente, ser implementada de fato;
- V. A política pode produzir impactos não esperados, positivos e negativos;
- VI. Os propósitos de uma política podem ser definidos ex-post: racionalização, revisão de objetivos à luz de resultados não antecipados etc;
- VII. Uma política é um processo que se estabelece ao longo do tempo e que pode ir se transformando no decorrer do mesmo;
- VIII. Toda política envolve relações intra e interorganizações;
- IX. Que é estabelecida no âmbito governamental, mas envolve múltiplos atores;
- X. Que é definida subjetivamente segundo as visões conceituais adotadas.

Antes de prosseguir, cumpre enfatizar a complexidade do campo de estudo das políticas públicas. Como foi dito no início desse texto, diferentes autores defendem perspectivas analíticas diversas, algumas das quais se distinguem apenas marginalmente, enquanto outras se contrapõem de forma radical. Muitas abordagens têm sido recombinaadas, a fim de ganhar poder explicativo sobre as políticas públicas. A fim de facilitar o acompanhamento da discussão que se segue, vale mapear rapidamente algumas das principais vertentes analíticas aqui exploradas. Com base em Peter JOHN (1998) pode-se listar as seguintes abordagens:

- *“as que atribuem aos fatores socioeconômicos o poder de determinar as decisões dos atores e os resultados das políticas públicas;*
- *as que enfatizam a racionalidade, especialmente a teoria da escolha racional;*
- *as que têm como foco as instituições formais e informais na determinação das decisões e dos resultados nas políticas públicas;*
- *as que se centram nos grupos e redes e nas interações dos atores nos processos das políticas públicas;*
- *as que destacam o papel das ideias e crenças como fatores independentes capazes de influenciar decisivamente os processos das políticas públicas.”*

6. QUESTÕES COMENTADAS



QUESTÕES COMENTADAS

Questão 01 - Instituto Consulplan – 2026 – CGM Manaus – Auditor Municipal de Controle Interno (Demais Graduações)

Sobre a elaboração e a implementação de políticas públicas no Estado brasileiro contemporâneo, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Por meio das políticas públicas implementadas, é possível distinguir o que o governo pretende fazer e o que de fato efetivamente realiza.
- B) As políticas públicas têm, como um de seus objetivos, a concretização dos direitos sociais, servindo como uma das possíveis formas de garantir que esses direitos constitucionais tenham sua dimensão coletiva garantida.

C) A execução de políticas públicas presta-se a garantir, a um certo e determinado indivíduo, algum direito social, mesmo que este não esteja legal ou constitucionalmente garantido e, por isso, não há que se falar em escassez de recursos.

D) Políticas públicas envolvem vários níveis de decisão, não se restringindo apenas aos atores formais, embora seja materializada através dos governos. Políticas públicas são resultantes de ações intencionais, com objetivos a serem alcançados.

Gabarito: C

COMENTÁRIOS:

Meus alunos, essa questão é um verdadeiro presente para quem domina as características fundamentais das políticas públicas! A Consulplan tentou criar uma "pegadinha" na alternativa incorreta, mas, com a nossa base teórica, fica fácil derrubar cada erro.

A **alternativa C** é o nosso gabarito, pois é a afirmativa **INCORRETA**. Ela comete três "pecados capitais" contra a teoria:

1. **Foco em um único indivíduo:** A assertiva afirma que a política visa garantir direitos a um "certo e determinado indivíduo". Errado! Como frisamos em aula, toda política pública tem como objeto **bens públicos e não bens privados**. O foco da política pública, segundo Leonardo Secchi (2010), é a resolução de um **problema público**, o qual se caracteriza justamente por ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas da coletividade.
2. **Ação sem base legal:** Dizer que o direito não precisa estar "legal ou constitucionalmente garantido" fere frontalmente a Abordagem Estatocêntrica. O que confere a dimensão "pública" a uma política é o seu caráter jurídico "imperativo". As decisões e ações que a compõem **são amparadas na lei**, logo, fundamentadas na autoridade do Poder Público.
3. **Negação da escassez de recursos:** Afirmar que "não há que se falar em escassez de recursos" é uma ilusão. Toda política pública pressupõe a definição de objetivos, estratégias e a **alocação de recursos**. Como vimos ao estudar a tipologia de Lowi, **os**

recursos são escassos e sempre há atores almejando benefícios, o que exige do governo escolhas e priorizações constantes.

Agora, observem como as demais alternativas estão perfeitas e totalmente embasadas na literatura:

- As **alternativas A e D** são praticamente transcrições literais das características das políticas públicas listadas por **Celina Souza (2006)**! A autora afirma expressamente que a política pública "**permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz**". Além disso, Celina Souza pontua que a política pública "**é ação intencional, com objetivos a serem alcançados**", e que "**envolve vários atores** (formais e informais) e níveis de decisão, **embora seja materializada através dos governos**".
- A **alternativa B** corrobora perfeitamente o nosso conceito de que as políticas tratam de situações coletivas, visando o bem-estar e a concretização de direitos que, por sua natureza, não podem excluir o acesso do público mais amplo.

👉 **Dica de Ouro:** Memorizem as seis características de **Celina Souza** listadas no nosso material! As bancas adoram "copiar e colar" os enunciados dessa autora para compor as alternativas corretas nas provas. E nunca se esqueçam: falou em política pública focada em *um único indivíduo isolado, sem base legal ou sem limites de recursos*, a alternativa está errada!

Questão 02 - FGV – 2025 – SEAD/SE – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

Uma política pública é uma diretriz criada para enfrentar um problema público, orientando ações ou omissões, e as atividades resultantes dessa orientação também integram a política pública. Assinale a opção que apresenta os elementos fundamentais para a elaboração de uma política pública.

A) Interesse pessoal e solução privada

- B) Participação exclusiva do setor privado
- C) Ação governamental sem objetivo claro
- D) Decisão baseada apenas em interesses individuais
- E) Intencionalidade pública e resposta a um problema público

Gabarito: E

Comentário

Nesta questão, a FGV exige a identificação dos elementos essenciais que estruturam o conceito de política pública. Como vimos em nossa aula, embora o conceito seja abrangente e admita várias definições, há um núcleo comum entre os principais autores.

A **alternativa E** está correta e é o nosso gabarito! Apoiando-nos em Leonardo Secchi (2010), a essência conceitual das políticas públicas é o **problema público**. Segundo o autor, o que define uma política pública é, de fato, a **intencionalidade e a sua relação com um problema público**. Somado a isso, Celina Souza (2006) reforça que toda política pública "é ação intencional, com objetivos a serem alcançados". Portanto, intencionalidade e foco na resolução de uma demanda coletiva formam os pilares inseparáveis das políticas públicas.

Vejamos os erros (clássicos!) estruturados pela banca nos distratores:

- **(A) Interesse pessoal e solução privada:** Incorreta. Como enfatizamos exaustivamente, toda política pública tem como objeto **bens públicos e não bens privados**. Interesses estritamente pessoais não possuem o alcance coletivo necessário, pois os bens privados sofrem restrições de acesso ao público mais amplo.
- **(B) Participação exclusiva do setor privado:** Incorreta. Seja pela abordagem Estatocêntrica (que foca na autoridade imperativa do Estado) ou pela abordagem Multicêntrica (que inclui atores não estatais), a política pública jamais se dará com participação *exclusiva* do setor privado. A dimensão "pública" requer o enfrentamento de questões coletivas que, para serem legítimas, dependem de decisões e da autoridade do Poder Público.

- (C) **Ação governamental sem objetivo claro:** Incorreta. Esse distrator nega a principal característica da política pública: a **intencionalidade**. Como vimos nas características listadas por Celina Souza, políticas envolvem objetivos pré-fixados e estratégias para alcançá-los. Não existe política pública às cegas ou sem objetivo.
- (D) **Decisão baseada apenas em interesses individuais:** Incorreta. As políticas públicas visam solucionar problemas que afetam a realidade coletiva. O foco é o "problema público", que se caracteriza por ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas. Logo, agir visando meros interesses individuais é totalmente incompatível com a lógica pública.

👉 **Dica de Ouro:** A banca constrói os distratores quase sempre retirando um dos elementos essenciais: ou anulam a **dimensão pública/coletiva** (trazendo termos como "privado", "pessoal", "individual"), ou retiram a **intencionalidade** (sugerindo ações "sem objetivo", "aleatórias"). Fiquem atentos a essas palavras-chave para eliminar as alternativas erradas rapidamente!

Questão 03 - CESGRANRIO – 2024 – Concurso Nacional Unificado (CNU) – Bloco Temático 7 – Gestão Governamental e Administração Pública

As ferramentas de políticas públicas se dividem em ferramentas públicas e privadas.

Trata-se de um exemplo de **ferramenta privada**:

- A) informação.
- B) incentivos econômicos.
- C) regulamentos.
- D) família.
- E) desincentivos econômicos.

Gabarito: D

COMENTÁRIOS :

Meus queridos, prestem muita atenção nesta questão! Ela aborda o tema dos **instrumentos de políticas públicas** (também chamados de "ferramentas de governo"), que são, segundo as palavras exatas de M. Howlett, M. Ramesh e A. Perl, "os meios e expedientes reais a que os governos recorrem para implementar políticas".

A **alternativa D** é o nosso gabarito! Na teoria clássica, os instrumentos podem ser categorizados pelo nível de envolvimento e coerção do Estado. As **ferramentas privadas** (ou instrumentos voluntários) caracterizam-se por uma baixíssima ou nenhuma intervenção estatal. Nesses casos, o Estado decide não intervir diretamente e permite que a própria sociedade lide com o problema. Os principais exemplos dessas ferramentas privadas são a **família** e a comunidade (por exemplo, quando o cuidado de idosos e doentes é assumido pelos próprios familiares em vez de asilos públicos), as organizações do terceiro setor e o mercado.

Agora, vamos utilizar a nossa base teórica do **Modelo NATO** (Nodalidade, Autoridade, Tesouro e Organização), trazido pelo autor Christopher Hood e estudado em aula, para derrubar facilmente as outras alternativas, já que todas elas representam ferramentas com direta participação estatal:

- **(A) Informação:** Incorreta. Este instrumento enquadra-se na **Nodalidade**, que se refere ao uso de recursos de informação à disposição dos governos. Por meio de campanhas públicas de informação e exortação, o Estado tenta persuadir e orientar o comportamento dos indivíduos para fins desejáveis.
- **(B) Incentivos econômicos e (E) Desincentivos econômicos:** Incorretas. Ambos se encaixam na categoria **Tesouro**, que envolve a capacidade do governo de levantar fundos e utilizá-los. Para implementar políticas, o Estado usa ativamente os incentivos (como subsídios e financiamentos) ou os desincentivos (como a cobrança de impostos e taxas de uso).

- **(C) Regulamentos:** Incorreta. Refere-se à **Autoridade**, que é o uso dos poderes legais dos governantes. A regulação é uma prescrição governamental (ferramenta pública coercitiva) que deve ser cumprida pelos alvos sob pena de sanções aplicadas pela polícia ou pelo sistema judiciário.

👉 **Dica de Ouro:** Quando a banca cobrar a classificação dos instrumentos de políticas públicas por nível de intervenção estatal (de acordo com Howlett e Ramesh), desenhem este termômetro na prova:

- **Privadas / Voluntárias (Baixa intervenção):** Família, mercado, organizações não governamentais (ONGs).
- **Mistas (Média intervenção):** Informação (campanhas), subsídios e tributos.
- **Públicas / Compulsórias (Alta intervenção):** Regulamentos e a provisão direta de bens e serviços pelo próprio Estado.

Questão 04 - FGV – 2025 – TCE-PI – Auditor de Controle Externo (Comum)

Uma política pública é uma diretriz criada para enfrentar um problema público, orientando ações ou omissões, e as atividades resultantes dessa orientação também integram a política pública. Assinale a opção que apresenta os elementos fundamentais para a elaboração de uma política pública.

- A) Interesse pessoal e solução privada.
- B) Participação exclusiva do setor privado.
- C) Ação governamental sem objetivo claro.
- D) Decisão baseada apenas em interesses individuais.
- E) Intencionalidade pública e resposta a um problema público.

Gabarito: E

COMENTÁRIOS

Pessoal, prestem atenção em como a FGV adora cobrar o núcleo conceitual das políticas públicas! O próprio enunciado já nos dá uma super dica ao falar em diretrizes que orientam “ações ou omissões”. Isso nos remete diretamente ao clássico conceito de Thomas Dye (2005), para quem política pública é “tudo o que um governo decide fazer ou deixar de fazer”.

A **alternativa E** é o nosso gabarito e resume a essência da nossa aula! Apoiando-nos em Leonardo Secchi (2010), a essência conceitual das políticas públicas é o **problema público**. Segundo o autor, o que determina se uma política é pública ou não é justamente a **intencionalidade** e a sua relação com um problema público. Não existe política pública ao acaso; ela pressupõe uma finalidade definida para intervir em uma realidade.

Vamos destrinchar os erros conceituais (e recorrentes) dos distratores da banca:

- **(A) Interesse pessoal e solução privada:** Incorreta. Como bato sempre na tecla com vocês: toda política pública tem como objeto **bens públicos e não bens privados**. Bens privados sofrem restrições de acesso ao público amplo, logo, não podem ser a base de uma política que visa responder a anseios coletivos.
- **(B) Participação exclusiva do setor privado:** Incorreta. Ainda que a gente adote a abordagem Policêntrica/Multicêntrica (que reconhece o protagonismo de redes, ONGs e do mercado nas políticas), a política pública **jamais será exclusiva** do setor privado. A dimensão “pública” exige que as decisões sejam amparadas pela autoridade, procedimentos e regras do sistema político (o Estado).
- **(C) Ação governamental sem objetivo claro:** Incorreta. Esse distrator anula a intencionalidade. Lembrem-se das características essenciais listadas por Celina Souza (2006): toda política pública “é ação intencional, com objetivos a serem alcançados”. Ação sem objetivo claro é incompatível com a noção de diretriz.
- **(D) Decisão baseada apenas em interesses individuais:** Incorreta. Um “problema público” expressa a diferença entre uma situação atual inadequada e uma situação ideal possível, e para ser considerado “público”, deve ter **implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas**. Interesses estritamente individuais fogem do caráter coletivo exigido.

👉 **Dica de Ouro:** Reparem no padrão da FGV! O enunciado constrói a narrativa perfeita juntando os grandes autores: intencionalidade (ação com objetivo de Celina Souza), omissão como política (o “deixar de fazer” de Thomas Dye) e o enfrentamento de um problema público (Leonardo Secchi). Ao se depararem com questões conceituais, busquem sempre esse núcleo duro nas alternativas: **Problema Público + Intencionalidade (ação/omissão)**.

Questão 05 - CEBRASPE – 2025 – AEB – Analista em Ciência e Tecnologia (Qualquer Área de Formação/Júnior)

A principal forma de influência da política nas políticas públicas ocorre por meio

- A) da promoção da diplomacia internacional.
- B) da participação direta dos cidadãos nas decisões governamentais.
- C) do estabelecimento de limites para a liberdade individual.
- D) da definição dos objetivos e das prioridades das ações governamentais.
- E) do controle da economia como estratégia de ação.

Gabarito: D

COMENTÁRIOS:

Meus queridos, essa questão do CEBRASPE é um clássico absoluto! Ela cobra exatamente aquele nosso debate sobre a diferença entre "política" e "política pública" – um ponto em que a língua portuguesa nos prega uma peça por usar a mesma palavra para duas coisas diferentes.

A **alternativa D** é o nosso gabarito! Para não errar isso em prova, nós recorreremos aos conceitos em inglês trazidos por Klaus Frey (1999). Quando o enunciado fala da "influência da política", ele está falando de *politics* (o processo político). Segundo Frey, a dimensão processual (*politics*) tem caráter frequentemente conflituoso e diz respeito justamente à

"imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição de recursos diversos". Ou seja, a política (o jogo de poder, as negociações e a escolha hierárquica de preferências) influencia a política pública materializada ao definir quais problemas serão priorizados e quais objetivos o Estado vai perseguir.

Vejam como a banca foi "malandra" nos distratores: ela tentou confundir a dinâmica geral do processo político (*politics*) com **áreas setoriais** e **tipologias** específicas de políticas públicas (*policies*):

- (A) **Promoção da diplomacia internacional:** Incorreta. As Relações Exteriores representam apenas um exemplo de **Políticas de Estado** (classificação setorial), e não a forma geral de influência da política.
- (B) **Participação direta dos cidadãos nas decisões governamentais:** Incorreta. Embora o fortalecimento da mobilização da sociedade seja um fator histórico para o crescimento das políticas públicas, e os cidadãos forneçam *inputs* (demandas e apoios) ao sistema político, a principal forma de influência estruturante da política (*politics*) na *policy* é a tomada de decisão sobre os objetivos e recursos.
- (C) **Estabelecimento de limites para a liberdade individual:** Incorreta. Aqui o CEBRASPE tentou confundir vocês com o conceito de **Arenas Regulatórias** de Theodore Lowi! São as políticas regulatórias que envolvem proibições e limites ao poder discricionário dos indivíduos (como regras de trânsito ou leis ambientais). Isso é um *tipo* de política pública, não o conceito de influência da *politics*.
- (E) **Controle da economia como estratégia de ação:** Incorreta. Mais uma vez, a banca cita um setor específico. A gestão da economia interna faz parte das **Políticas Econômicas** (fiscal, monetária, etc.). Reduzir a influência política a isso é ignorar todo o universo de políticas sociais, estruturadoras, etc.

👉 **Dica de Ouro:** Caiu na prova a relação entre Política x Política Pública? Lembrem-se imediatamente da tríade de Klaus Frey! **Polity** (instituições/ordem do sistema político), **Politics** (processo político, conflito, negociações e **definição de prioridades/objetivos**) e **Policy** (a política pública material, os conteúdos e programas concretos). A *politics* é o campo

da decisão política onde se escolhe entre várias alternativas, dando o direcionamento para a *policy*!

Questão 06 - Instituto CONSULPAM – 2025 – CONAB – Analista (Administração)

Diversas correntes teóricas oferecem definições que refletem enfoques distintos quanto à natureza, ao objeto e aos processos envolvidos nas políticas públicas. Sobre as diferentes conceituações de políticas públicas, assinale a alternativa CORRETA.

- A) As políticas públicas podem ser entendidas como um conjunto de ações e decisões tomadas por atores governamentais, visando responder a demandas coletivas e produzir efeitos concretos sobre a realidade social.
- B) As políticas públicas correspondem exclusivamente a iniciativas privadas, destinadas a suprir falhas de mercado, prescindindo da intervenção formal dos órgãos estatais.
- C) A formulação de políticas públicas é caracterizada pela atuação autônoma de grupos sociais, sem qualquer relação com as agendas institucionais ou os processos decisórios do aparato estatal.
- D) As políticas públicas são entendidas como atividades de rotina administrativa da burocracia estatal, sem ligação direta com a definição de prioridades sociais ou econômicas.

Gabarito: A

COMENTÁRIOS:

Meus alunos, esta é uma típica questão conceitual que exige sabermos diferenciar o que é, de fato, uma política pública e o que não é, seja pela ótica estatocêntrica ou multicêntrica.

A **alternativa A** é o nosso gabarito porque sintetiza com perfeição a visão de grandes autores. Ao afirmar que se trata de um "conjunto de ações e decisões tomadas por atores governamentais" para "produzir efeitos concretos sobre a realidade social", a banca bebe diretamente na fonte de **Enrique Saravia (2006)**. Para ele, política pública é um sistema de decisões que visa a ações destinadas a manter ou modificar a realidade de um setor da vida social. Além disso, a menção a responder a "demandas coletivas" remete ao nosso foco no

problema público, conceituado por **Leonardo Secchi (2010)** como a mola propulsora de qualquer política pública.

Vejamos como desconstruir os erros das demais alternativas utilizando o nosso material:

- **(B) Iniciativas exclusivamente privadas, prescindindo do Estado:** Incorreta. Lembra do nosso exemplo da orquestra de um condomínio ou do curso profissionalizante criado por uma empresa? Por mais que atendam a interesses de um grupo, são iniciativas privadas e não configuram uma política pública, pois sofrem restrições de acesso e não tratam de *bens públicos*. Além disso, a dimensão "pública" exige amparo legal e a autoridade do Poder Público (Abordagem Estatocêntrica), não podendo "prescindir" (dispensar) o Estado.
- **(C) Atuação autônoma de grupos sociais, sem qualquer relação com o aparato estatal:** Incorreta. É verdade que a Abordagem Policêntrica/Multicêntrica reconhece o forte papel de redes (*policy networks*) e ONGs. No entanto, a atuação da sociedade não se dá no vácuo institucional! Conforme pontua **Celina Souza (2006)**, a política pública envolve vários atores e níveis de decisão, mas **"é materializada através dos governos"**. Até o envolvimento de atores sociais, para ser legítimo, depende de decisões legais e normas emanadas do Estado.
- **(D) Atividades de rotina administrativa:** Incorreta. Este é um erro clássico! Como vimos no decálogo de **Renato D'Agnino (2009)**, a segunda regra de ouro é: **"Existe distinção entre política pública e administração"**. Reduzir a política pública à mera rotina burocrática é ignorar o seu núcleo estratégico, a sua **intencionalidade** e os objetivos pré-fixados de transformar a realidade e lidar com demandas sociais.

👉 **Dica de Ouro:** Guardem na memória que Política Pública é diferente de rotina/administração e de ações exclusivamente privadas. Sempre que a questão falar em ação "exclusivamente privada", "autônoma sem o Estado" ou "mera rotina administrativa", acenda o sinal de alerta e elimine a alternativa! A política pública, por excelência, pressupõe intenção, conflito (político) e foco na resolução de uma demanda pública que requer a coordenação ou a autoridade do Estado.

Questão 07 - FGV – 2025 – ALEAM – Analista Legislativo (Cientista Político)

Leia o trecho a seguir.

Um espectro ronda desde sempre a administração pública: a dificuldade de se definir claramente o que é uma política pública e o que é um programa governamental. O problema é tão comum e crônico que praticamente passou a ser considerado parte da paisagem das políticas públicas.

Fonte: LASSANCE, Antonio. "O que é uma política e o que é um programa". Boletim de Análise Político-Institucional, n. 27, 2021, p. 59.

Assinale a afirmativa que apresenta corretamente a diferenciação entre os dois conceitos.

- A) Políticas públicas são exclusivamente formuladas por técnicos especializados, enquanto programas governamentais resultam de decisões exclusivamente políticas do chefe do Poder Executivo.
- B) Programa governamental é uma iniciativa permanente e obrigatória do Estado, enquanto política pública corresponde a projetos temporários voltados para atender demandas emergenciais.
- C) Política pública consiste em uma proposição de solução em busca de uma problemática, enquanto programas governamentais configuram demandas que orientam a formulação de respostas institucionais.
- D) Programas governamentais definem metas gerais, princípios e diretrizes de atuação estatal, enquanto políticas públicas executam essas metas por meio de ações setoriais padronizadas.
- E) Política pública é uma proposta institucionalizada de solução de um problema central, enquanto programas governamentais são instrumentos operacionais destinados a implementar essas propostas.

Gabarito: E

COMENTÁRIOS:

Atenção máxima aqui alunos! A FGV trouxe um tema que, como o próprio enunciado diz, é um "espectro que ronda a administração pública": a eterna confusão entre o que é uma política e o que é um programa. A banca exigiu que vocês soubessem diferenciar os níveis de atuação do Estado (estratégico, tático e operacional), baseando-se no artigo do Antonio Lassance (2021).

A **alternativa E** é o nosso gabarito perfeito! Ela traz a definição exata cunhada pelo autor. Para Lassance, a **política pública** é o nível estratégico, conceituada como "uma proposta institucionalizada de solução de um problema central". É o ambiente *macro* da solução, pensado para o longo prazo. Já os **programas** são o ambiente *micro*, o espaço da tática e da gestão operacional. O programa é "a solução dada a cada um dos problemas causais que explicam o problema central". Ou seja, a política dá a diretriz e institucionaliza a solução, enquanto o programa é o instrumento tático-operacional que a implementa na prática.

Vejamos como a banca tentou confundir vocês nas demais alternativas:

- **(A) Exclusividade técnica vs. política:** Incorreta. A formulação de políticas públicas nunca é "exclusivamente" técnica, nem os programas são decisões "exclusivamente" do chefe do Executivo. Como estudamos, políticas envolvem um processo plural e institucionalizado, passando por instâncias legais, aprovação legislativa e forte negociação política (o jogo da *politics*).
- **(B) Confusão entre permanência e finalidade:** Incorreta. A banca inverteu os conceitos! As políticas públicas é que são soluções mais abrangentes, cuja maturação demanda continuidade no longo prazo (como o SUS ou a Educação). Os programas, por serem táticos e operacionais, é que trabalham com delimitação de prazos, metas de curto e médio prazo e alvos específicos.
- **(C) Programas como "demandas":** Incorreta. O autor deixa claro que programas não são "demandas" (inputs), mas sim **soluções**. É a teoria do programa que estabelece as frentes de trabalho para atacar as causas do problema central. Além disso, a ideia

de "solução em busca de uma problemática" remete à falha criticada pelo autor (a *Teoria da Lata de Lixo*), em que as políticas nascem desestruturadas.

- **(D) Inversão de níveis (Estratégico x Operacional):** Incorreta. Outro erro clássico de inversão! O estratégico (metas gerais, princípios e diretrizes para enfrentar um macroproblema) está no plano da **política**. Os **programas** é que executam essas diretrizes no plano tático e operacional, refinando o foco no público-alvo e estimando recursos e indicadores.

👉 **Dica de Ouro:** Caiu Lassance na prova, levem este mapa mental para gabaritar:

- **POLÍTICA PÚBLICA:** Ambiente **MACRO** / Nível **ESTRATÉGICO** / Foco no **Problema Central** / Proposta **Institucionalizada**.
- **PROGRAMA:** Ambiente **MICRO** / Nível **TÁTICO-OPERACIONAL** / Foco nos **Problemas Causais** / Define público-alvo, orçamentos, indicadores e metas. Não existe política sem programas para operacionalizá-la!

Questão 08 - FGV – 2023 – Câmara dos Deputados – Analista Legislativo (Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira)

Na análise de políticas públicas, é comum o uso dos termos "polity", "politics" e "policy" para designar as dimensões dessas análises. Neste sentido, o termo "polity" refere-se à dimensão de análise de políticas públicas caracterizada como

- A) a ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico e a estrutura do sistema político-administrativo.
- B) a configuração dos programas políticos, dos problemas técnicos e o conteúdo material das decisões políticas.
- C) a imposição de objetivos, aos conteúdos e ao processo de distribuição de recursos.
- D) o conteúdo concreto e material das decisões políticas
- E) a definição do espaço para realização e manipulação de interesses pelos grupos majoritários.

Gabarito: A

COMENTÁRIOS :

Essa questão é a prova viva de que as bancas literalmente "copiam e colam" os conceitos dos grandes teóricos! A FGV exigiu o domínio das três dimensões da política, trazendo exatamente as definições sistematizadas por **Klaus Frey (1999)** no nosso material.

A **alternativa A** é o nosso gabarito perfeito! Como estudamos, a dimensão institucional **polity** refere-se exatamente à "**ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo**". Em outras palavras, a *polity* (ou "sociedade política", como prefere Celina Souza) representa as "regras do jogo" e as instituições basilares.

Vejam como a banca usou as outras definições literais de Frey para construir as alternativas incorretas:

- (B) e (D) **A configuração dos programas políticos, problemas técnicos e o conteúdo material das decisões políticas**: Incorretas. Essas duas alternativas trazem a definição exata da dimensão material, ou seja, a própria **policy** (a política pública em si). É aqui que entram o desenho dos programas, os arranjos para resolver problemas e os orçamentos concretos.
- (C) **A imposição de objetivos, aos conteúdos e ao processo de distribuição de recursos**: Incorreta. Essa é a transcrição literal da dimensão processual, a **politics**. Segundo Frey, a *politics* diz respeito ao processo político, frequentemente conflituoso, envolvendo disputas, negociações e a escolha das prioridades e recursos.
- (E) **A definição do espaço para realização e manipulação de interesses pelos grupos majoritários**: Incorreta. Essa dinâmica de manipulação de interesses, disputas de preferências e alocação de recursos também diz respeito ao processo político e às relações de poder que caracterizam a **politics**.

👉 **Dica de Ouro:** Não vão para a prova sem este esquema mental (salvem na memória para não confundir os termos em inglês!):

- **POLITY (Institucional):** As regras do jogo, as instituições, o sistema jurídico.
- **POLITICS (Processual):** O jogo político, as disputas, as negociações de interesses e a imposição de objetivos (a política com "P" maiúsculo).
- **POLICY (Material):** A política pública! O conteúdo concreto, a configuração dos programas e a resolução técnica dos problemas.

Questão 09 - FUNDATEC – 2024 – ALERS – Analista Legislativo (Consultor)

Acerca das Políticas Públicas, assinale a alternativa correta.

- A) São um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas essencialmente para serem programas de transferência de renda do Governo Federal do Brasil.
- B) São definidas no Poder Judiciário, o que insere os parlamentares (vereadores e deputados) no processo.
- C) Cabe ao Poder Judiciário (Justiça Estadual e Federal) oferecer as informações necessárias ao processo de tomada de decisão dos políticos, bem como operacionalizar as Políticas Públicas definidas pelo Constitucionalismo.
- D) As propostas das Políticas Públicas partem do Poder Executivo, e é esse Poder que efetivamente as coloca em prática.
- E) O processo de formulação de Políticas Públicas, também chamado de Ciclo das Políticas Públicas, apresenta uma fase de formação de agenda, ou seja, implementação da Política Pública, posterior à implementação.

Gabarito: D

COMENTÁRIOS :

Essa questão da FUNDATEC é muito interessante porque ela cobra a compreensão do papel dos atores institucionais e mistura isso com as fases do ciclo de políticas públicas. A banca foi um pouco simplista no gabarito, mas com a nossa base teórica fica fácil entender o motivo da escolha e derrubar os erros grosseiros das outras alternativas!

A **alternativa D** é o nosso gabarito. Embora a formulação de uma política pública seja plural e envolva vários atores (como o Legislativo e a sociedade civil), a assertiva está correta ao afirmar que as propostas partem do Poder Executivo e é ele quem efetivamente as coloca em prática. Lembrem-se das características essenciais trazidas por Celina Souza: a política pública "envolve vários atores e níveis de decisão, **embora seja materializada através dos governos**". É o Poder Executivo, por meio da sua máquina pública e da sua burocracia (inclusive a burocracia de nível de rua), que detém os instrumentos administrativos e operacionais para transformar as diretrizes da política em ações concretas na fase de implementação.

Vejamos os erros (alguns até absurdos!) das demais alternativas:

- **(A) Restritas essencialmente a programas de transferência de renda:** Incorreta. Esse é um erro clássico de redução do conceito! Como vimos no nosso estudo das tipologias de Theodore Lowi, as políticas públicas englobam uma diversidade enorme de áreas e arenas. Podem ser regulatórias (como o Código de Trânsito), distributivas ou constitutivas. Além disso, os instrumentos de políticas públicas vão muito além do repasse financeiro, envolvendo legislação, impostos, taxas e fornecimento direto de serviços.
- **(B) Definidas no Poder Judiciário, o que insere os parlamentares:** Incorreta. Aqui a banca fez uma confusão tremenda com a separação dos poderes (a nossa *polity* ou estrutura institucional). Parlamentares (vereadores, deputados e senadores) compõem o **Poder Legislativo**, não o Judiciário.
- **(C) Cabe ao Judiciário operacionalizar as Políticas Públicas:** Incorreta. Novamente, a banca confunde as funções dentro do Sistema Político. O Poder Judiciário atua no controle da legalidade e pode emitir *withinputs* de apoio ou veto às medidas. A "operacionalização" (implementação e gestão) é função típica da administração pública vinculada ao Poder Executivo.
- **(D) Confusão entre Agenda e Implementação:** Incorreta. A assertiva afirma que a formação da agenda é a implementação da política. Errado! Como estudamos, a agenda é o momento em que uma demanda ou problema passa a receber a atenção

do governo (fase em que os "atores visíveis", como aponta John Kingdon, mais atuam). A implementação é um processo **subsequente** à decisão e à proposição da política. Não se pode confundir o início do ciclo (agenda) com a execução prática das ações (implementação).

👉 **Dica de Ouro:** Quando uma questão falar em "materialização", "execução" ou "colocar em prática", o ator protagonista que deve vir à sua mente é o **Poder Executivo** (o governo e sua burocracia). Embora a política seja pública e envolva a sociedade e os demais poderes nas fases de formação de agenda, formulação e legitimação legal, é o Executivo quem opera a "máquina" no dia a dia!

Questão 10 - VUNESP – 2020 – Prefeitura de Ilhabela/SP – Analista (Gestão de Políticas Públicas)

Desde os anos 1960, alguns teóricos da Análise de Políticas Públicas consideram que não fazer nada em relação a um problema público também é uma forma de política pública. Nessa interpretação, o conceito de política pública, além das ações governamentais – o que o governo escolhe fazer –, abrange:

- A) os projetos públicos não estatais realizados pelo terceiro setor para compensar a insuficiência das políticas sociais.
- B) os planos de organismos internacionais como a ONU e o Banco Mundial que completam, desde o pós-guerra, as políticas públicas nacionais e subnacionais.
- C) os programas de investimento das empresas estatais (sociedades de economia mistas e empresas públicas) que suprem a ausência de ações governamentais de infraestrutura.
- D) os processos legislativos que determinam, com a elaboração de leis, as políticas públicas que os governos devem fazer.
- E) as situações de omissões, negligências e inações governamentais perante um problema público.

Gabarito: E

COMENTÁRIOS :

Prestem muita atenção aqui! Quando vocês lerem em uma prova de políticas públicas sobre o governo "não fazer nada" ou "deixar de fazer", um alarme deve soar imediatamente na cabeça de vocês apontando para um autor clássico: **Thomas Dye (2005)**.

A **alternativa E** é o nosso gabarito porque traduz exatamente a definição de Thomas Dye, que afirma que política pública é **"tudo o que um governo decide fazer ou deixar de fazer"**. Nessa mesma linha, **Enrique Saravia (2006)** reforça que a política pública é um sistema de decisões que visa a **"ações ou omissões, preventivas ou corretivas"**. Por fim, lembrem-se do decálogo de **Renato D'Agnino (2009)**, que nos ensina claramente que a política abrange **"tanto ação como não-ação"**.

Isso significa que, ao reconhecer a existência de um problema público, os governantes podem tomar a decisão estratégica de ignorá-lo (a chamada **não-decisão**), adotando medidas, ações dispersivas ou até mesmo narrativas e propagandas para não enfrentá-lo. A inação, portanto, é uma escolha política com fortes impactos!

Vejamos como os distratores tentaram confundir vocês misturando atores e instrumentos que estudamos em aula, mas que representam "ações" e não "omissões":

- **(A) Projetos do terceiro setor:** Incorreta. O terceiro setor (ONGs, associações) faz parte da Abordagem Multicêntrica/Policêntrica. Eles são atores importantes nas redes de políticas públicas (*policy networks*), mas a atuação deles caracteriza uma *ação* na sociedade, e não a definição de "omissão governamental".
- **(B) Planos de organismos internacionais (ONU, Banco Mundial):** Incorreta. Organismos como a ONU e o Banco Mundial são **atores internacionais** importantíssimos que formam regimes internacionais e influenciam políticas internas. Mais uma vez, isso diz respeito à dinâmica de atores agindo (influência e financiamento), não à inação estatal.
- **(C) Programas de investimento de empresas estatais:** Incorreta. Diretores e presidentes de empresas estatais atuam no sistema político processando recursos.

Os programas de investimento são instrumentos concretos (fornecimento de serviços e infraestrutura). Isso é o Estado em ação, e não o "deixar de fazer".

- (D) **Processos legislativos e elaboração de leis:** Incorreta. A legislação é o principal instrumento de política pública usado para criar obrigações e moldar comportamentos de forma coercitiva. Trata-se da materialização de decisões (ações), não abrangendo a dimensão da "não ação" pedida no enunciado.

👉 **Dica de Ouro:** Caiu na prova o conceito de política pública incluindo a "omissão", a "inação", a "negligência" ou o "não fazer nada"? Lembrem-se das palavras-chave: **Thomas Dye** ("deixar de fazer"), **Enrique Saravia** ("omissão") e o conceito de **Não-Decisão**. Decidir conscientemente não agir sobre um problema que está na agenda também é uma escolha política (com consequências muitas vezes graves para a sociedade)!

Questão 11 - FGV – 2007 – FNDE

Assinale a alternativa que melhor descreva o conceito de "política pública".

- A) Um programa de governo.
- B) O Plano Plurianual do governo.
- C) Um conjunto de decisões interativas de governo com objetivos prefixados.
- D) Um conjunto de marcos jurídicos.
- E) Um projeto de lei.

Gabarito: C

COMENTÁRIOS :

Essa questão da FGV é excelente! O grande desafio aqui é não confundir o conceito amplo de política pública com os seus "instrumentos" ou partes específicas.

A **alternativa C** é o nosso gabarito! Dentre as opções trazidas pela banca, essa é a que melhor descreve o conceito. Ela se alinha perfeitamente à definição clássica de teóricos como W. I.

Jenkins (1978), que define a política como "um conjunto de decisões inter-relacionadas referentes à seleção de objetivos e dos meios para atingi-los". Enrique Saravia (2006) também destaca esse componente decisório, afirmando que a política é um "conjunto de decisões, relativo à escolha de fins e/ou meios" para responder a problemas.

Faço apenas uma pequena ressalva teórica com vocês: para a teoria incrementalista, a ideia de "objetivos prefixados" é questionável, pois esses autores defendem que os objetivos vão se desenhando à medida que a política vai sendo implementada e os efeitos vão surgindo. Contudo, comparando com as outras opções, esta é indiscutivelmente a correta!

Vamos "destruir" os distratores, que tentam reduzir a política pública a elementos isolados:

- **(A) Um programa de governo:** Incorreta. Como estudamos detalhadamente com base em Antonio Lassance, a política é o ambiente macro (estratégico), ao passo que o programa de governo consiste em uma **unidade operacional** e tática no âmbito de uma política pública. Uma política geralmente é composta por vários programas.
- **(B) O Plano Plurianual do governo (PPA):** Incorreta. O PPA é o principal **instrumento de planejamento** governamental de médio prazo. Em si mesmo, o PPA não é uma política pública, mas sim o plano estruturante que orienta a alocação de recursos e organiza as ações do governo.
- **(D) Um conjunto de marcos jurídicos:** Incorreta. Um marco jurídico é um conjunto de normas executáveis coercitivamente. A política pública é muito mais abrangente e não se limita a leis ou regras jurídicas; ela envolve procedimentos, negociações, alocação de recursos financeiros e atores informais.
- **(E) Um projeto de lei:** Incorreta. Um projeto de lei é apenas um **instrumento** de formulação normativa. Se vier a ser aprovado, representará a legislação de suporte de uma política pública, mas a política continuará demandando recursos humanos, financeiros e uma estrutura institucional para ser, de fato, implementada.

👉 **Dica de Ouro:** Não confundam a "obra" com as "ferramentas"! A banca adorou colocar instrumentos de planejamento (PPA), instrumentos operacionais (Programas) e instrumentos normativos (Leis e Marcos Jurídicos) para confundir vocês. A Política Pública

é o grande "guarda-chuva" (o processo estruturado de decisões inter-relacionadas) que se utiliza de todas essas ferramentas para solucionar um problema público!

Questão 12 - FGV – 2017 – SEPOG/RO – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

Com relação à distinção entre política pública e decisão política, analise as afirmativas a seguir.

- I. Uma política pública geralmente envolve mais de uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.
- II. A decisão política corresponde a uma escolha dentre as opções de alternativas conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando uma adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis.
- III. Embora uma política pública implique uma decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

Gabarito: E

Essa cobra um ponto fundamental da Análise de Políticas Públicas: a diferença clara entre o que é uma **decisão política** (o ato de escolher) e o que é uma **política pública** (o processo complexo).

A banca considerou todos os itens corretos. Vamos gabaritar analisando cada um deles:

- **Item I - Correto:** Como exaustivamente debatido em aula, **uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão isolada**. As políticas são respostas do

sistema político a problemas complexos e, por isso, requerem diversas ações estrategicamente selecionadas em diversos níveis para que as decisões sejam implementadas na prática. Não existe política pública de um ato só!

- **Item II - Correto:** A assertiva traz a definição cirúrgica de decisão política. A decisão corresponde, de fato, a uma **escolha entre várias alternativas**, pautada pela hierarquia de preferências dos atores envolvidos no jogo político. Em um contexto de relações de poder e conflito, a decisão expressa a adequação (possível) entre os fins pretendidos e os meios disponíveis naquele momento.
- **Item III - Correto:** Essa é a regra de ouro que destaco no material! **Embora toda política pública implique uma decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública.** Toda política pública expressa uma decisão (até mesmo a "não-decisão" de ignorar um problema já pressupõe uma escolha política), mas há muitas decisões na rotina da política (*politics*) que não formam um curso de ação estruturado.

👉 **Dica de Ouro:** Para nunca mais confundir na hora da prova, levem os exemplos clássicos da nossa aula para a memória! Uma **reforma ministerial**, a nomeação para um cargo, a convocação extraordinária do Congresso ou uma **emenda constitucional para reeleição presidencial** são grandiosas decisões políticas, mas **não são** políticas públicas. Já a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a implementação de uma reforma agrária ou os programas de transferência de renda são exemplos clássicos de políticas públicas (*policies*), pois envolvem um emaranhado de decisões e ações contínuas focadas na resolução de um problema público.

Questão 13 - COPESE/UFT – 2018 – Câmara de Palmas/TO – Gestor Público

Em relação ao conceito de Políticas Públicas é CORRETO afirmar que:

- A) são atividades exercidas exclusivamente por organizações privadas que têm o intuito de servir à população.
- B) é a ação do governo buscando alcançar maioria nas cadeiras do Parlamento nos debates dentro do Poder Legislativo.
- C) é um campo de estudo da política que analisa as ações governamentais no que tange a questões públicas.

D) é um conjunto de instituições políticas que visam elaborar serviços públicos.

Gabarito: C

COMENTÁRIOS:

Meus queridos, olhem que abordagem interessante a COPESE/UFT trouxe aqui! Geralmente, as bancas cobram o conceito de política pública como a "ação/omissão" em si. Porém, essa questão exigiu de vocês a lembrança de que a expressão "Políticas Públicas" também possui um outro sentido fundamental.

A **alternativa C** é o nosso gabarito! Como destacamos no nosso material em PDF, uma das acepções corretas e amplamente aceitas para Políticas Públicas é defini-la como **um campo de estudo da política** (a famosa Análise de Políticas Públicas ou *Policy Analysis*). É uma disciplina científica (uma área analítica) que se dedica a estudar e entender justamente as decisões e as ações governamentais voltadas para a resolução de questões públicas, utilizando diversos modelos teóricos.

Vamos "destruir" os erros das outras alternativas usando os conceitos que já consolidamos:

- **(A) Atividades exercidas exclusivamente por organizações privadas:** Incorreta. Vocês já estão carecas de saber: toda política pública visa o bem público e, como defende a Abordagem Estatocêntrica de Enrique Saravia, depende do amparo e da autoridade soberana do Estado. Ainda que existam parcerias com o terceiro setor, uma política pública **jamais** será uma atividade *exclusivamente* privada.
- **(B) Busca por maioria nas cadeiras do Parlamento:** Incorreta. A busca por maioria legislativa e os debates parlamentares são estratégias políticas para a conquista ou manutenção do poder. Quando falamos de conflito, negociação e imposição de objetivos no Legislativo, estamos falando estritamente da **politics** (o processo político, segundo Klaus Frey), e não da política pública materializada, que é a **policy**.
- **(D) Conjunto de instituições políticas que visam elaborar serviços:** Incorreta. A banca tentou confundir vocês com a outra dimensão de Frey e Celina Souza. O conjunto de instituições políticas, estruturas e regras do jogo forma a **polity** (dimensão institucional ou "sociedade política"). Além disso, lembrem-se da lição clássica de

Renato D'Agnino: política pública é um conjunto estratégico de decisões e **não se confunde com a mera administração pública** ou com os órgãos institucionais em si.

👉 **Dica de Ouro:** Guardem esta dupla interpretação para não caírem em pegadinhas! Nos editais e nas provas, "Política Pública" pode aparecer tanto como o **objeto empírico** (a ação do governo enfrentando um problema, a *policy*) quanto como o **campo de estudo** (a ciência disciplinar que analisa essas ações governamentais). Se a questão falar em "campo de estudo", marquem sem medo!

Questão 14 - FCC – 2009 – SGP-SP

Uma política pública:

- A) não configura decisões ou ações que envolvem o consentimento de uma comunidade política soberana.
- B) é uma questão meramente técnica.
- C) nem sempre depende de decisões e ações que se revestem de autoridade política.
- D) envolve mais do que uma decisão política e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.
- E) corresponde a uma escolha das autoridades políticas, após ouvir os empresários.

Gabarito: D

COMENTÁRIOS:

Essa questão da FCC é fantástica porque aborda diretamente um ponto em que eu sempre insisto com vocês: a diferença entre uma "decisão política" isolada e uma "política pública" propriamente dita, além de cobrar as características essenciais do que torna uma política "pública".

A **alternativa D** é o nosso gabarito e é a transcrição literal do que ensinamos em aula! Como vimos, toda política pública geralmente envolve **mais do que uma decisão política** (usualmente, um conjunto de decisões inter-relacionadas) e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. As políticas públicas são respostas do sistema político a problemas complexos e, por isso, não se resumem a um

ato mágico ou singular; elas exigem arranjos institucionais, recursos, estratégias e ações de implementação ao longo do tempo.

Vamos destruir os erros das outras alternativas, que tentam reduzir ou distorcer o conceito:

- **(A) Não configura decisões ou ações que envolvem o consentimento de uma comunidade política soberana:** Incorreta. Pelo contrário! As políticas públicas ocorrem em contextos de governos legítimos, portanto, suas decisões e ações devem, sim, basear-se no consentimento e na legitimidade de uma comunidade política soberana (a nossa *polity*).
- **(B) É uma questão meramente técnica:** Incorreta. Erro gravíssimo! Nunca se esqueçam da nossa tríade: as políticas públicas (*policies*) são um produto do processo político (*politics*). Elas envolvem conflitos, negociações de interesses e escolhas de valores. Embora exista um componente técnico (como nos ensina a Abordagem de Gustafsson), a formulação e a decisão de uma política pública são, por essência, políticas e não meramente técnicas!
- **(C) Nem sempre depende de decisões revestidas de autoridade política:** Incorreta. Aqui a banca tentou brincar com a abordagem policêntrica, mas esbarrou na regra de ouro. Na literatura (especialmente na Abordagem Estatocêntrica de Enrique Saravia), o entendimento predominante é que **é a autoridade política do Estado que sustenta as decisões e ações** de uma política pública. Mesmo quando há forte participação da sociedade, a política depende do caráter jurídico "imperativo", ou seja, do amparo legal e da autoridade soberana do Poder Público para ser efetivada.
- **(E) Corresponde a uma escolha das autoridades após ouvir os empresários:** Incorreta. Um erro por excessiva redução de atores! Ouvir empresários pode até fazer parte da formulação de uma política industrial ou comercial específica. Mas reduzir o conceito geral de política pública a consultar apenas "um" grupo de interesse ignora toda a pluralidade de atores (formais e informais, sociedade civil, burocracia de nível de rua, etc.) que atuam de forma legítima no ciclo das políticas.

👉 **Dica de Ouro:** Levem para a prova a diferença crucial do nosso material: uma **decisão política** (como uma reforma ministerial, uma exoneração ou a criação de um fundo) é uma escolha isolada entre alternativas em um dado momento. Já a **política pública** (como o SUS

ou o Bolsa Família) é um *curso de ação*, um processo contínuo e estruturado que engloba um emaranhado de decisões e requer diversas ações estratégicas para a sua implementação! E lembrem-se sempre: política pública jamais será uma questão "meramente técnica"!

Questão 15 - CONSULPLAN – 2018 – Câmara Municipal de Belo Horizonte – Consultor Legislativo (Ciências Sociais e Políticas)

Diversas são as definições sobre o que é política pública, não existindo, portanto, um conceito unânime. Dentre os teóricos de destaque nesse campo de estudo, pode-se afirmar que Lasswell define políticas públicas como:

- A) "O que o governo escolhe fazer ou não fazer."
- B) "Responder à questão: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz."
- C) "Soma das atividades dos governos e que influenciam a vida dos cidadãos."
- D) "Campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas."

Gabarito: B

COMENTÁRIOS:

Essa questão da CONSULPLAN é um excelente teste de memória sobre as definições clássicas dos grandes teóricos da nossa disciplina. Como ressaltamos em aula, o conceito de política pública é impreciso e admite várias definições, por isso as bancas exigem que vocês saibam associar o "autor" à sua "frase célebre".

A **alternativa B** é o nosso gabarito! Harold Lasswell é considerado um dos "pais fundadores" da Análise de Políticas Públicas. A sua máxima mais famosa define o estudo da política a partir do conflito por recursos e poder, ou seja, a análise para descobrir "**quem ganha o quê, quando e como**" (que a banca adaptou para "por quê e que diferença faz"). O foco de Lasswell é desvendar o caráter político e distributivo das decisões estatais. *Nota:* em nosso material, também vimos outra definição importante cunhada por Lasswell (em parceria com Kaplan): a de que política pública é "um programa projetado com metas, valores e práticas".

Agora, percebam como a banca copiou as definições literais de outros autores estudados no nosso PDF para construir os distratores:

- (A) "O que o governo escolhe fazer ou não fazer": Incorreta para Lasswell, mas perfeita se estivéssemos falando de **Thomas Dye (2005)**! Como bato sempre na tecla com vocês, Dye imortalizou a concepção de que a política pública é "tudo o que um governo decide fazer ou deixar de fazer". É ele quem nos lembra que a inação e a omissão também são escolhas políticas!
- (C) "Soma das atividades dos governos e que influenciam a vida dos cidadãos": Incorreta para Lasswell. Essa alternativa é a transcrição literal do conceito de **B. Guy Peters (1986)**! Para Peters, a política pública é "a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos".
- (D) "Campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas": Incorreta. Essa definição costuma ser associada a Lawrence Mead, focando na política pública como *campo de estudo* disciplinar (a *Policy Analysis* em si), o que difere da pegada distributiva proposta por Lasswell.

👉 **Dica de Ouro:** Façam uma tabelinha ou *flashcards* com as "palavras-chave" dos teóricos, pois as bancas reciclam constantemente essas mesmas definições!

- **Lasswell:** "Quem ganha o quê" ou "metas, valores e práticas".
- **Thomas Dye:** "Fazer ou **deixar de fazer**" (ação e omissão).
- **B. Guy Peters:** "Soma das atividades".
- **Enrique Saravia:** "Fluxo" ou "**Sistema** de decisões". Memorizou o gatilho, gabaritou a questão!

Questão 16 - FGV – 2018 – MPE-AL – Analista (Gestão Pública)

Concernente à definição de política pública, a execução de políticas públicas exclusivamente por atores governamentais é uma abordagem

- A) policêntrica.
- B) estado-cêntrica.
- C) político-cêntrica.
- D) tecnocêntrica.
- E) endocêntrica.

Gabarito: B

COMENTÁRIOS:

O enunciado cobra diretamente o debate clássico sobre quem é o grande protagonista na formulação e execução das políticas: o Estado ou a Sociedade?

A **alternativa B** é o nosso gabarito! Como vimos em nossa aula, a abordagem **Estadocêntrica** (ou **Estatocêntrica**), que remonta aos estudos de Keinert (2000), assume que o foco dinâmico das políticas públicas é o Estado. Nessa visão, a dimensão "pública" de uma política advém do fato de consistir em decisões e ações revestidas do poder extroverso e do monopólio da autoridade soberana do Estado. Autores como Enrique Saravia (2006) alinham-se a essa perspectiva, colocando o amparo da autoridade estatal em primeiro lugar para definir uma política pública. A FGV cobrou justamente a leitura mais rígida dessa matriz, que vê a execução da política pública como uma prerrogativa exclusiva de atores governamentais.

Vejamos como a banca tentou confundir vocês e os termos que ela inventou:

- **(A) Policêntrica:** Incorreta. Essa é a grande rival da abordagem estadocêntrica! A abordagem Policêntrica (ou Multicêntrica) entende que a política pública não está subordinada exclusivamente ao poder do Estado. Pelo contrário, ela enfatiza a capacidade de atuação pluralista e descentralizada de vários atores sociais, como ONGs, organismos internacionais e redes (*policy networks*). Lembrem-se da lição de **Leonardo Secchi (2010)**: para a visão multicêntrica, o que define uma política é a sua intenção de resolver um **problema público**, *independentemente* de o tomador de decisão (o executor) ter personalidade jurídica estatal ou não.
- **(C) Político-cêntrica, (D) Tecnocêntrica e (E) Endocêntrica:** Incorretas. Aqui a FGV simplesmente inventou nomes para "encher linguiça"! Esses termos não são categorias analíticas consagradas na teoria de políticas públicas para definir o polo de poder entre Estado e Sociedade.

👉 **Dica de Ouro:** Caiu na prova o protagonismo nas políticas públicas? Lembrem-se imediatamente deste duelo de titãs do nosso material:

- **Abordagem Estatocêntrica/Estadocêntrica:** Foco no **Estado**. A força da política vem da autoridade pública e do monopólio estatal (lembrem de *Enrique Saravia*).
- **Abordagem Policêntrica/Multicêntrica/Sociocêntrica:** Foco na **Pluralidade**. O poder é difuso, o Estado não tem o monopólio exclusivo, e as políticas são executadas por redes e múltiplos atores da sociedade visando resolver um *problema público* (lembrem de *Leonardo Secchi*).

7. LISTA DE QUESTÕES



LISTA DE QUESTÕES

Questão 01 - Instituto Consulplan – 2026 – CGM Manaus – Auditor Municipal de Controle Interno (Demais Graduações)

Sobre a elaboração e a implementação de políticas públicas no Estado brasileiro contemporâneo, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Por meio das políticas públicas implementadas, é possível distinguir o que o governo pretende fazer e o que de fato efetivamente realiza.
- B) As políticas públicas têm, como um de seus objetivos, a concretização dos direitos sociais, servindo como uma das possíveis formas de garantir que esses direitos constitucionais tenham sua dimensão coletiva garantida.

C) A execução de políticas públicas presta-se a garantir, a um certo e determinado indivíduo, algum direito social, mesmo que este não esteja legal ou constitucionalmente garantido e, por isso, não há que se falar em escassez de recursos.

D) Políticas públicas envolvem vários níveis de decisão, não se restringindo apenas aos atores formais, embora seja materializada através dos governos. Políticas públicas são resultantes de ações intencionais, com objetivos a serem alcançados.

Questão 02 - FGV – 2025 – SEAD/SE – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

Uma política pública é uma diretriz criada para enfrentar um problema público, orientando ações ou omissões, e as atividades resultantes dessa orientação também integram a política pública. Assinale a opção que apresenta os elementos fundamentais para a elaboração de uma política pública.

- A) Interesse pessoal e solução privada
- B) Participação exclusiva do setor privado
- C) Ação governamental sem objetivo claro
- D) Decisão baseada apenas em interesses individuais
- E) Intencionalidade pública e resposta a um problema público

Questão 03 - CESGRANRIO – 2024 – Concurso Nacional Unificado (CNU) – Bloco Temático 7 – Gestão Governamental e Administração Pública

As ferramentas de políticas públicas se dividem em ferramentas públicas e privadas. Trata-se de um exemplo de ferramenta privada:

- A) informação.
- B) incentivos econômicos.
- C) regulamentos.
- D) família.
- E) desincentivos econômicos.

Questão 04 - FGV – 2025 – TCE-PI – Auditor de Controle Externo (Comum)

Uma política pública é uma diretriz criada para enfrentar um problema público, orientando ações ou omissões, e as atividades resultantes dessa orientação também integram a política pública. Assinale a opção que apresenta os elementos fundamentais para a elaboração de uma política pública.

- A) Interesse pessoal e solução privada.
- B) Participação exclusiva do setor privado.
- C) Ação governamental sem objetivo claro.
- D) Decisão baseada apenas em interesses individuais.
- E) Intencionalidade pública e resposta a um problema público.

Questão 05 - CEBRASPE – 2025 – AEB – Analista em Ciência e Tecnologia (Qualquer Área de Formação/Júnior)

A principal forma de influência da política nas políticas públicas ocorre por meio

- A) da promoção da diplomacia internacional.
- B) da participação direta dos cidadãos nas decisões governamentais.
- C) do estabelecimento de limites para a liberdade individual.

- D) da definição dos objetivos e das prioridades das ações governamentais.
- E) do controle da economia como estratégia de ação.

Questão 06 - Instituto CONSULPAM – 2025 – CONAB – Analista (Administração)

Diversas correntes teóricas oferecem definições que refletem enfoques distintos quanto à natureza, ao objeto e aos processos envolvidos nas políticas públicas. Sobre as diferentes conceituações de políticas públicas, assinale a alternativa CORRETA.

- A) As políticas públicas podem ser entendidas como um conjunto de ações e decisões tomadas por atores governamentais, visando responder a demandas coletivas e produzir efeitos concretos sobre a realidade social.
- B) As políticas públicas correspondem exclusivamente a iniciativas privadas, destinadas a suprir falhas de mercado, prescindindo da intervenção formal dos órgãos estatais.
- C) A formulação de políticas públicas é caracterizada pela atuação autônoma de grupos sociais, sem qualquer relação com as agendas institucionais ou os processos decisórios do aparato estatal.
- D) As políticas públicas são entendidas como atividades de rotina administrativa da burocracia estatal, sem ligação direta com a definição de prioridades sociais ou econômicas.

Questão 07 - FGV – 2025 – ALEAM – Analista Legislativo (Cientista Político)

Leia o trecho a seguir.

Um espectro ronda desde sempre a administração pública: a dificuldade de se definir claramente o que é uma política pública e o que é um programa governamental. O problema é tão comum e crônico que praticamente passou a ser considerado parte da paisagem das políticas públicas.

Fonte: LASSANCE, Antonio. “O que é uma política e o que é um programa”. Boletim de Análise Político-Institucional, n. 27, 2021, p. 59.

Assinale a afirmativa que apresenta corretamente a diferenciação entre os dois conceitos.

- A) Políticas públicas são exclusivamente formuladas por técnicos especializados, enquanto programas governamentais resultam de decisões exclusivamente políticas do chefe do Poder Executivo.
- B) Programa governamental é uma iniciativa permanente e obrigatória do Estado, enquanto política pública corresponde a projetos temporários voltados para atender demandas emergenciais.
- C) Política pública consiste em uma proposição de solução em busca de uma problemática, enquanto programas governamentais configuram demandas que orientam a formulação de respostas institucionais.
- D) Programas governamentais definem metas gerais, princípios e diretrizes de atuação estatal, enquanto políticas públicas executam essas metas por meio de ações setoriais padronizadas.
- E) Política pública é uma proposta institucionalizada de solução de um problema central, enquanto programas governamentais são instrumentos operacionais destinados a implementar essas propostas.

Questão 08 - FGV – 2023 – Câmara dos Deputados – Analista Legislativo (Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira)

Na análise de políticas públicas, é comum o uso dos termos "polity", "politics" e "policy" para designar as dimensões dessas análises. Neste sentido, o termo "polity" refere-se à dimensão de análise de políticas públicas caracterizada como

- A) a ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico e a estrutura do sistema político-administrativo.
- B) a configuração dos programas políticos, dos problemas técnicos e o conteúdo material das decisões políticas.
- C) a imposição de objetivos, aos conteúdos e ao processo de distribuição de recursos.
- D) o conteúdo concreto e material das decisões políticas
- E) a definição do espaço para realização e manipulação de interesses pelos grupos majoritários.

Questão 09 - FUNDATEC – 2024 – ALERS – Analista Legislativo (Consultor)

Acerca das Políticas Públicas, assinale a alternativa correta.

- A) São um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas essencialmente para serem programas de transferência de renda do Governo Federal do Brasil.
- B) São definidas no Poder Judiciário, o que insere os parlamentares (vereadores e deputados) no processo.
- C) Cabe ao Poder Judiciário (Justiça Estadual e Federal) oferecer as informações necessárias ao processo de tomada de decisão dos políticos, bem como operacionalizar as Políticas Públicas definidas pelo Constitucionalismo.
- D) As propostas das Políticas Públicas partem do Poder Executivo, e é esse Poder que efetivamente as coloca em prática.
- E) O processo de formulação de Políticas Públicas, também chamado de Ciclo das Políticas Públicas, apresenta uma fase de formação de agenda, ou seja, implementação da Política Pública, posterior à implementação.

Questão 10 - VUNESP – 2020 – Prefeitura de Ilhabela/SP – Analista (Gestão de Políticas Públicas)

Desde os anos 1960, alguns teóricos da Análise de Políticas Públicas consideram que não fazer nada em relação a um problema público também é uma forma de política pública. Nessa interpretação, o conceito de política pública, além das ações governamentais – o que o governo escolhe fazer –, abrange:

- A) os projetos públicos não estatais realizados pelo terceiro setor para compensar a insuficiência das políticas sociais.
- B) os planos de organismos internacionais como a ONU e o Banco Mundial que completam, desde o pós-guerra, as políticas públicas nacionais e subnacionais.
- C) os programas de investimento das empresas estatais (sociedades de economia mistas e empresas públicas) que suprem a ausência de ações governamentais de infraestrutura.
- D) os processos legislativos que determinam, com a elaboração de leis, as políticas públicas que os governos devem fazer.
- E) as situações de omissões, negligências e inações governamentais perante um problema público.

Questão 11 - FGV – 2007 – FNDE

Assinale a alternativa que melhor descreva o conceito de "política pública".

- A) Um programa de governo.

- B) O Plano Plurianual do governo.
- C) Um conjunto de decisões interativas de governo com objetivos prefixados.
- D) Um conjunto de marcos jurídicos.
- E) Um projeto de lei.

Questão 12 - FGV – 2017 – SEPOG/RO – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

Com relação à distinção entre política pública e decisão política, analise as afirmativas a seguir.

- I. Uma política pública geralmente envolve mais de uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.
- II. A decisão política corresponde a uma escolha dentre as opções de alternativas conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando uma adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis.
- III. Embora uma política pública implique uma decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

Questão 13 - COPESE/UFT – 2018 – Câmara de Palmas/TO – Gestor Público

Em relação ao conceito de Políticas Públicas é CORRETO afirmar que:

- A) são atividades exercidas exclusivamente por organizações privadas que têm o intuito de servir à população.
- B) é a ação do governo buscando alcançar maioria nas cadeiras do Parlamento nos debates dentro do Poder Legislativo.
- C) é um campo de estudo da política que analisa as ações governamentais no que tange a questões públicas.
- D) é um conjunto de instituições políticas que visam elaborar serviços públicos.

Questão 14 - FCC – 2009 – SGP-SP

Uma política pública:

- A) não configura decisões ou ações que envolvem o consentimento de uma comunidade política soberana.
- B) é uma questão meramente técnica.
- C) nem sempre depende de decisões e ações que se revestem de autoridade política.
- D) envolve mais do que uma decisão política e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.
- E) corresponde a uma escolha das autoridades políticas, após ouvir os empresários.

Questão 15 - CONSULPLAN – 2018 – Câmara Municipal de Belo Horizonte – Consultor Legislativo (Ciências Sociais e Políticas)

Diversas são as definições sobre o que é política pública, não existindo, portanto, um conceito unívoco. Dentre os teóricos de destaque nesse campo de estudo, pode-se afirmar que Lasswell define políticas públicas como:

- A) "O que o governo escolhe fazer ou não fazer."
- B) "Responder à questão: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz."
- C) "Soma das atividades dos governos e que influenciam a vida dos cidadãos."
- D) "Campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas."

Questão 16 - FGV – 2018 – MPE-AL – Analista (Gestão Pública)

Concernente à definição de política pública, a execução de políticas públicas exclusivamente por atores governamentais é uma abordagem

- A) policêntrica.
- B) estado-cêntrica.
- C) político-cêntrica.
- D) tecnocêntrica.
- E) endocêntrica.

8. GABARITO

— — —



GABARITO

Questão	Gabarito	Questão	Gabarito	Questão	Gabarito	Questão	Gabarito
1	C	5	D	9	D	13	C
2	E	6	A	10	E	14	D
3	D	7	E	11	C	15	B
4	E	8	A	12	E	16	B

BIBLIOGRAFIA

- ARRETCHE, Marta. Dossiê Agenda de Pesquisa em Políticas Públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.
- BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. The Two Faces of Power. American Political Science Review, v. 56, n. 4, p. 947-952, dez. 1962.
- BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Power and Poverty: theory and practice. Oxford University Press, 1970.
- BADIE, Bertrand; BERG-SCHLOSSER, Dirk; MORLINO, Leonardo. International Encyclopedia of Political Science. Volume 1. SAGE, 2011.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill. Entre o Estado e o Mercado: o público não-estatal. In: Bresser-Pereira, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill (Orgs.). O Público Não-Estatal na Reforma do Estado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 15-48.
- D'AGNINO, Renato; GOMES, Erasmo; COSTA, Greiner; STEFANUTO, Giancarlo, MENEGHEL, Stela; SCALCO, Tatiana. Gestão Estratégica da Inovação: metodologias para análise e implementação. Taubaté, Editora Cabral Universitária. 2002 Consultar <http://www.oei.es/salactsi/rdagnino1.htm#a2>
- DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). Dicionário de Políticas Públicas. São Paulo: FUNDAP, 2013.
- DYE, Thomas R. Understanding Public *Policy*. Upper Saddle, NJ: Prentice Hall, 2005.
- EASTON, David. A Framework for Political Analysis. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1965.

- EASTON, David (Org.). Modalidades de Análise Política. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. Capítulo 7.
- FARIA, Carlos A. Pimenta de. Políticas Públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, fev. 2003.
- FISCHER, Frank; MILLER, Gerald; SIDNEY, Mara. Handbook of *Policy Analysis*: theory, politics and method. Boca Raton, FL: Taylor & Francis Group, 2007.
- FREY, Klaus. Análise de Políticas Públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira. PPGSP/UFSC, Cadernos de Pesquisa, n. 18, p. 1-36, set. 1999.
- FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.
- KEINERT, Tânia M. Mezzomo. Administração Pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas. São Paulo: Annablume: Fapesp. 2000
- LASSWELL, Harold D. The Policy Orientation. In: LERNER, Daniel; LASSWELL, Harold D. (Eds.). The Policy Sciences: recent developments in scope and method. Stanford: Stanford University Press, 1951.
- LERNER, Daniel; LASSWELL, Harold D. (Eds.). The Policy Sciences: recent developments in scope and method. Stanford: Stanford University Press, 1951.
- MARQUES, Eduardo C. Notas críticas à literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n.43, 1997.
- PARSONS, Wayne. Public Policy: an introduction to the theory and practice of policy analysis. Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing Ltd, 1996.

- PETERS, B. G.. Politicians and bureaucrats in the politics of policymaking. In: LANE, J.E. (ed.) Bureaucracy and public choice. London: Sage, 1987.
- PETERS, B. G.. The problem of bureaucratic government. Journal of Politics, v. 43, n. 1, fev., 1981
- PINHO, Carlos T. Assumpção. O Desafio da Informação para Formulação, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. Oficina 12. VIII Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas. Brasília: ESAF, mar. 2011.
- PRESSMAN, Jeffrey L; WILDAVSKY, Aaron B. Implementation: how great expectations in Washington are dashed in Oakland: or, why it's amazing that Federal programs work at all, this being a saga of the Economic Development Administration as told by two sympathetic observers who seek to build morals on a foundation of ruined hopes. 1. ed. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1973.
- PULZL, Helga; TREIB, Oliver. In: FISCHER, Frank; MILLER, Gerald J.; SIDNEY Mara S. (Eds.). Handbook of Public Policy Analysis: theory, politics, and methods. Boca Raton, FL: Taylor & Francis Group, 2007.
- RUA, M. Graças. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, M. Izabel. O Estudo da Política: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- RUA, Maria das Graças. Políticas Públicas. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009.
- SCHMITTER, Phillippe. Reflexões sobre o Conceito de Política. In: BOBBIO, Norberto. Curso de Introdução à Ciência Política. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979. p. 31-39.
- SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.

- SECCHI, Leonardo. Políticas públicas [livro eletrônico]: conceitos, casos práticos, questões de concursos / Leonardo Secchi, Fernando de Souza Coelho, Valdemir Pires. -- 3. ed. – São Paulo: Cengage Learning, 2019.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul/dez. 2003.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.
- SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). Políticas Públicas: coletânea. Volume 1. Brasília: ENAP, 2006. p. 199-218.
- VIANA, A. L. Abordagens Metodológicas em Políticas Pública. Revista de Administração Pública, v. 30, n. 2, p. 5-43, mar/abr. 1996.